

Estudar e trabalhar

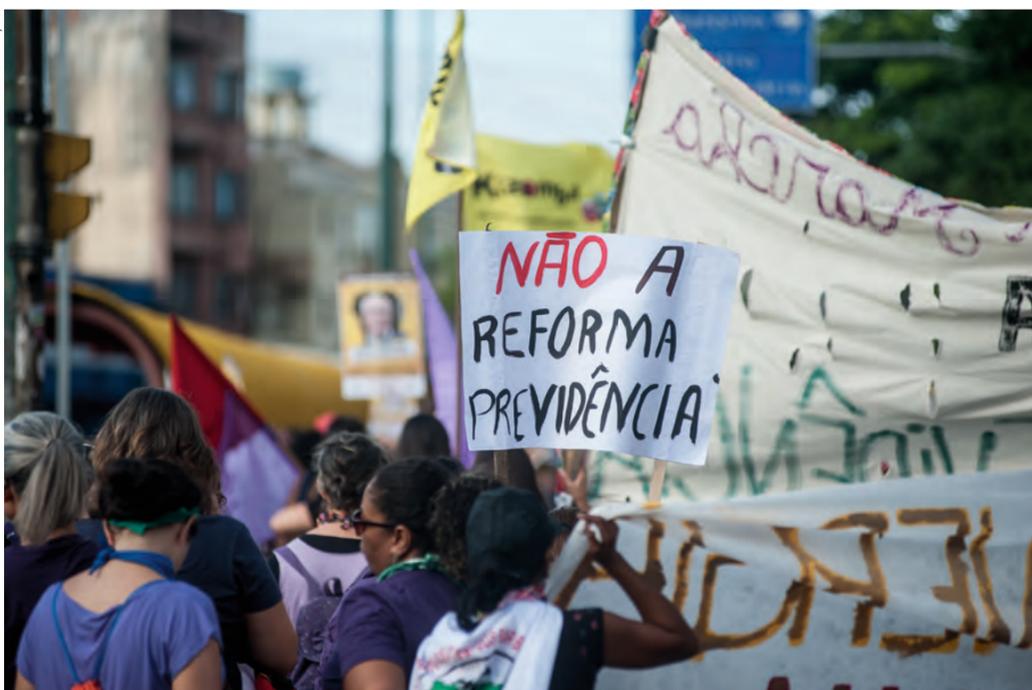


A rotina cheia de compromissos para quem estuda e trabalha pode representar um complicador para a permanência na universidade. A UFRGS conta atualmente com 22 cursos noturnos, o que representa

8.046 alunos matriculados. Essa difícil realidade, que acaba refletida no número de evasões, tem instigado pesquisadores a investigar o tema, como a técnica da Faculdade de Odontologia Juliana Souza Lamers, que em

sua pesquisa, realizada em 2013, levantou algumas das dificuldades para conciliar estudo e trabalho. Práticas já vêm sendo adotadas a partir desses dados, mas ainda há muito a fazer na avaliação de estudantes. **P7**

FLÁVIO DUTRA/JU



Busca pelo equilíbrio fiscal a qualquer custo

Austeridade – O pesquisador Fernando Ferrari Filho discute a relação entre política fiscal e interesses rentistas. Para ele, o investimento público em infraestrutura e nas áreas sociais traria desenvolvimento e melhoria na distribuição de renda. **P4**

Previdência – Diante da possibilidade de mudanças, integrantes do quadro da Universidade adiantam seus processos de aposentadoria. Neste ano, já foi apurado um crescimento de cerca de 50% em relação ao montante total de 2016. **P6**

Pós-graduação

Cooperação e desenvolvimento

Programas de mestrado e doutorado interinstitucionais trazem para a Universidade pesquisadores de instituições situadas em regiões carentes de cursos stricto sensu. O objetivo é qualificar esses pós-graduandos para desenvolver pesquisa e implantar projetos de ensino voltados às necessidades de seus locais de origem. Para a UFRGS, representa a possibilidade de trazer mais diversidade para seus câmpus e ampliar a abrangência de suas pesquisas. **CadernoJU**

AVALIAÇÃO

UFRGS é a melhor federal do país, segundo avaliação do MEC

P3

Gênero

A abordagem da orientação sexual por profissionais de psicologia **P8**

Filhos

As dificuldades de conciliar pesquisa e atenção à família **P11**



Espaço da
Reitoria

Rui Vicente Oppermann
Reitor da UFRGS

Compromisso com o desenvolvimento

No dia 28 de novembro, a UFRGS celebrou seus 83 anos de existência. A data não poderia ser comemorada de forma melhor: mais uma vez, a nossa instituição ficou em primeiro lugar entre as federais no Índice Geral de Cursos (IGC) de 2016, do Ministério da Educação. Com pontuação de 4,29 em uma escala que vai de 1 a 5, a UFRGS atingiu a faixa máxima do IGC – 5, feito que apenas 13 instituições no Brasil alcançaram. Temos muito a comemorar, pois, mesmo em tempos de contingências orçamentárias e luta por liberação de verbas para o ano que vem, conseguimos manter a nossa excelência e administrar os momentos difíceis pelos quais as IFES vêm passando. Mas é, reconhecidamente, devido ao compromisso e ao esforço dos professores, técnicos e alunos que alcançamos este patamar.

Nossa capacidade de contornar as dificuldades se deve, principalmente, ao fato de continuarmos investindo em projetos e ações que nos tornam grandes e importantes para além de nossos muros. Nesse sentido, a partir da iniciativa da Faculdade de Educação e da adesão de outras unidades acadêmicas, foi realizado o Novembro Negro, série de atividades que encheu os câmpus de cores, mostrando quão forte é a presença negra em todas as instâncias da UFRGS. Um dos pontos marcantes foi a produção de uma foto, na qual se engajaram professores, técnicos, alunos e terceirizados negros em frente à Reitoria.

Não há dúvida de que desde a criação da Política de Ações Afirmativas, em 2007, avançamos na inclusão dos negros na graduação e progredimos na pós-graduação. Recentemente, a

iniciativa foi adotada no processo de seleção para o quadro de servidores técnico-administrativos. A decisão 212/2017 do Consun, que instituiu a Comissão Permanente de Verificação das Autodeclarações, despertou o interesse internacional ao buscar aferir e homologar o ingresso de pretos, pardos e indígenas no Sistema de Cotas. O novo órgão trabalha para verificar denúncias de possíveis fraudes na autodeclaração em anos anteriores.

Esses movimentos mostram que são necessários ajustes, a fim de garantir os direitos daqueles a quem a lei faculta acesso ao ensino público universitário. Avançando em sua missão como instituição democrática e inclusiva, a UFRGS regulamentou o acesso a refugiados por meio da abertura de um edital para ingresso em vários cursos de graduação. Com isso, esperamos contribuir para o acolhimento daqueles que são forçados a abandonar sua terra natal.

No âmbito do reforço à promoção da inclusão e da justiça social, a Universidade concedeu títulos Honoris Causa a três personalidades simbólicas da luta contra as desigualdades. O Prêmio Nobel de Literatura Wole Soyinka, primeiro autor negro africano a receber essa honraria. Na cerimônia de entrega da distinção, lembrou o quanto a África, ou melhor, as várias Áfricas, precisam evoluir, reconhecendo que também lá ainda existem, com os preconceitos racial, religioso e cultural. Igualmente como forma de reiterar a premência da reeleitura do papel do negro na História do Brasil, foi concedido o título a Nei Braz Lopes, escritor, músico e pesquisador da cultura e da diáspora

africanas. Nei tem atuado na difusão do significado histórico-cultural do samba como manifestação da contribuição negra para a sociedade brasileira. Por fim, a UFRGS outorgou também o título de Doutor Honoris Causa a Boaventura de Sousa Santos, intelectual cuja obra é referência nacional e internacional na defesa do ensino público superior e da relevância do papel das universidades públicas no processo civilizatório.

Num mês de intensas atividades, cabe ainda assinalar as comemorações dos 60 anos da Rádio da Universidade, primeira emissora universitária do país que ao longo dos anos tem cultivado o gosto pelo saber, pela arte e pela cultura. Por sua programação diversificada e pela cobertura de importantes eventos, como Portas Abertas, Salão UFRGS e Feira do Livro, a Rádio tornou-se um importante canal de comunicação tanto com a comunidade interna quanto com a externa. Em reconhecimento à relevância desse veículo, a Universidade desenvolve uma campanha de arrecadação de recursos, com vistas à realização de obras de acessibilidade do seu prédio, apoiada por expoentes da cultura local.

Ao contabilizar essas ações, sedimentamos a esperança de construir uma sociedade melhor, na linha de pensamento do professor Boaventura, para quem “a desigualdade e a injustiça social, por maiores que sejam, nunca conduziram à resistência sem uma ideia alternativa e uma ideia de esperança”. Portanto, assumimos como nossa a missão de fortalecer esses caminhos e continuar fazendo parte da construção diária de uma UFRGS cada vez maior, melhor, diversa e inclusiva.

Carta aos leitores

Um momento histórico é pleno de contradições; buscar a construção de um senso comum menos unívoco se impõe, então, como uma missão. A lição vem do teórico italiano Antonio Gramsci – cuja obra é de relevância e se mantém atual, como mostra o *Dicionário Gramsciano*, obra destacada na seção *JU Indica*.

Se o Governo Federal faz campanhas para angariar apoio às reformas que pretende levar a cabo, surge a necessidade de um contraponto. Para tal, trazemos um artigo de viés econômico que discute políticas de austeridade, suas consequências e possíveis alternativas a elas. Ainda, um levantamento sobre uma questão que toca a comunidade universitária: um salto do número de servidores que têm recorrido à aposentadoria de forma a garantir direitos que podem estar sendo postos em risco. Estando numa universidade, a reflexão só reforça o quanto cortes na educação e a redução do Estado não são uma saída que visa a um bem comum. Vislumbram-se consequências devastadoras para o desenvolvimento nacional.

É isso que mostra o papel desempenhado pela UFRGS, hoje a melhor universidade do sistema federal de ensino superior: como evidencia o *Caderno JU*, a instituição acolhe profissionais de regiões do país que são carentes de pós-graduação; compartilha, assim, os resultados positivos que vem al-

cançando. O relato da experiência de uma pós-doutoranda em Moçambique também traz à luz o quanto essas discrepâncias em termos de desenvolvimento ainda nos exigem um transitar pelo mundo. Há muitas experiências para se levar a outros lugares; há mais ainda a se aprender.

Dentro da rotina da Universidade, nos saltaram aos olhos as dificuldades de se conciliar diferentes âmbitos da vida. Para os estudantes, o trabalho diurno e o estudo noturno tornam a rotina extenuante. Isso vem exigindo mudanças no contexto acadêmico. Para os docentes-pesquisadores, combinar a maternidade e a paternidade com a atuação profissional se apresenta como um desafio. São muitos os preconceitos e maiores as cobranças – sobretudo com relação às mulheres.

Na composição dos temas contemporâneos que se apresentam como debates, aparecem, na área da saúde, o tratamento médico como uma decisão compartilhada entre médico e paciente; e a abordagem da homossexualidade pela psicologia. Já na produção cultural, o resgate da ainda pouco conhecida dramaturgia de Hermes Mancilha; e a escrita de Conceição Evaristo, profundamente comprometida com suas vivências.

Boa leitura e bom fim de ano!

Carta do leitor

É com tristeza que li no apartado internacional do nosso jornal, sobre *O que move o separatismo* que colegas que se pressupõe que tenham certa cultura e ainda com a responsabilidade de serem professores de História na nossa Universidade, tenham afirmado na reportagem que o idioma catalão é um dialeto. Nem uma simples consulta ao Google escapa de tal ignorância. O catalão é uma língua românica originária do latim, com literatura própria desde a época medieval.

Maior tristeza causa divulgar um comentário de um colega trazido de um jornal dizendo que “na Catalunha foi inventada uma identidade nacional com o objetivo de camuflar o desejo de não compartilhar suas riquezas com as outras regiões de Espanha”. Convido ao colega ler a história da Catalunha para perceber as mentiras e distorções que estão sendo divulgadas pela mídia e o governo espanhol com a finalidade de acabar com sangue e violência, se for preciso, com o desejo de liberdade de um povo que se manifesta democraticamente e em paz nas urnas.

Caros responsáveis pelo jornal, esse artigo se constitui numa ofensa à Catalunha e aos catalães, e à seriedade deste jornal. Peço a publicação desta nota.

Jorge Castellá Sarriera, professor do Instituto de Psicologia da UFRGS

Nota da redação:

A palavra ‘dialeto’ para caracterizar o catalão foi usada uma vez no texto como sinônimo de ‘língua’, o que é um equívoco cometido pela redação, não pela fonte.

A análise de Bernard Guetta, publicada pelo jornal *El País*, foi incluída com o objetivo de expor diferentes posicionamentos em relação ao assunto. Essa avaliação é, depois, ponderada pelo professor do Instituto de Geociências Álvaro Heidrich. Incluir pontos de vista diversos faz parte da prática jornalística.



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 – Bairro Farrowillha,
Porto Alegre – RS | CEP 91060-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora
Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editor-chefe Everton Cardoso

Editora Assistente Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Ánia Chala, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

Diagramação Felipe Drenkmann Hackner

Repórter fotográfico Flávio Dutra

Revisão Felipe Raskin Cardon

Bolsistas (Jornalismo) Camila Souza, Cássia de Oliveira, Paula Barcellos e Vanessa Petuco

Estagiários Flávio Bonfiglio e Giuliana Heberle

Circulação Cristiane Lipp Heidrich

Impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 8 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.



Reconhecimento ao ensino superior público

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul ficou em primeiro lugar entre as federais no Índice Geral de Cursos (IGC) de 2016, divulgado no final do mês de novembro pelo Ministério da Educação. Com pontuação de 4,29 em uma escala que vai de 1 a 5, a UFRGS atingiu a faixa máxima do IGC – 5, o que apenas 13 instituições no Brasil alcançaram. Essa classificação, para a vice-secretária de avaliação institucional Ana Karin Nunes, é o reconhecimento da qualidade da UFRGS como instituição pública de ensino, sustentada com recursos públicos.

“Não somos apenas a primeira entre as federais, somos uma instituição que, no ranking geral, é a segunda classificada, ficando atrás da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Esse é principal reconhecimento que a Universidade recebe. Fazemos muito bem a nossa missão: o ensino, a pesquisa e a extensão. Obviamente que estamos falando de um indicador que é de ensino, mas quando um aluno está respondendo uma prova de conhecimentos ele tem ali o que ele tem em termos de pesquisa e extensão”, destaca a vice-secretária.

Ao comentar o fato de nos últimos seis anos a Universidade

manter-se no primeiro lugar entre as federais na classificação do MEC, Ana Karin argumenta que essa recorrente classificação refuta a ‘teoria’ defendida por alguns de que o aluno cotista pode impactar negativamente os índices de avaliação institucional. Isso não é o que se tem constatado: “Temos excelentes desempenhos entre os alunos cotistas no Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes)”, acrescenta. Aspecto duplamente relevante, uma vez que tal nota é um dos indicadores que mais pontua dentro da composição do IGC (índice geral dos cursos), salienta Ana Karin.

Ainda segundo a classificação do MEC, entre as dez mais bem avaliadas, estão as universidades federais de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do ABC (SP), de São Paulo, de Santa Catarina, de Lavras (MG), de Viçosa (MG) e de São Carlos (SP). No Rio Grande do Sul, destacaram-se também a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA), dentre as públicas, e Unisinos e PUCRS, dentre as privadas. Todas com conceito final 4. A UFRGS, portanto, é a única universidade com conceito máximo no estado.

Os dados completos podem ser acessados no site do Inep.

Para divulgar o índice, a avaliação do Ministério da Educação leva em consideração as condições de ensino, o corpo docente, as instalações físicas, o projeto pedagógico dos cursos e também o resultado dos alunos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). São consideradas, para

o cálculo, a qualidade dos cursos, revelada pelo Conceito Preliminar de Curso (CPC); a média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu, a partir de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e a distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu.



RAMON MOZER/SECOM/UFGRS



CONHECENDO A UFRGS

Imersão na cultura chinesa

O *Summer Camp*, curso de verão promovido pelo Instituto Confúcio da UFRGS, completou sua terceira edição recentemente. Ele tem por objetivo oportunizar aos alunos conhecer *in loco* a cultura e a língua chinesa durante três semanas.

“Foi bem interessante conhecer tantos lugares históricos e experimentar muita comida boa. Deu para ter uma perspectiva mais real do que é o dia a dia naquele país”, comenta a aluna de Engenharia Mecânica, Bianca Chiochetta. Caroline Silveira, também aluna da UFRGS, mas do curso de Jornalismo, considera que a viagem reforçou seu interesse pela cultura chinesa: “Me motivou muito quanto à minha carreira, até para continuar estudando chinês, construir uma vida e uma carreira lá. É uma oportunidade que pouca gente tem e é maravilhosa”, ressalta.

O Instituto Confúcio é uma organização educacional pública, afiliada ao Ministério da Educação da República Popular da China, instalado na UFRGS em cooperação com a Universidade de Comunicação da China (UCC). Segundo Athon Munhoz Moreira da Silva, gerente de Planejamento e Gestão do Instituto, o *Summer Camp* é uma experiência de extrema importância: “O curso possibilita esse contato mais intenso com a vida local. Embora a China seja um país milenar, com uma história milenar, ela está em constante mudança. Então, os alunos que participam do curso conhecem a China como ela é”.

Lucas Mello,
estudante do 7.º de semestre de
Jornalismo da UFRGS

Assista ao programa

O *Conhecendo a UFRGS* sobre o *Summer Camp* vai ao ar no dia 19 de dezembro, às 23h, com reprise nos dias 21 de dezembro, às 18h e 23 de dezembro, às 13h, através da UNITV – Canal 15 da NET PoA. A programação também pode ser acompanhada ao vivo pela internet através do link www.unitv.tv.br.

Mais um prêmio para obra que destaca artistas ilustradores da Livraria do Globo

Lançado em meados de 2016, o livro *A Modernidade Impressa – Artistas ilustradores da Livraria do Globo – Porto Alegre*, de autoria da professora do Instituto de Artes Paula Ramos, recebe mais uma premiação, o primeiro lugar no prêmio Jabuti/2017: na categoria livros sobre arte, fotografia, arquitetura e urbanismo. Lançado pela Editora da UFRGS, totaliza nove premiações, sendo que destes, dois foram pela curadoria de exposições realizadas a partir do material pesquisado para a publicação.

Segundo Paula Ramos, a importância desse trabalho não se restringiu ao livro. Nesse sentido, foi montada uma exposição com o objetivo de dar visibilidade a esse material. A mostra foi exibida na Pinacoteca do Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS) e contemplava as obras e imagens dos principais artistas ilustradores atuantes na Livraria do Globo ao longo da primeira metade do século XX: João Fahrion, Edgar Koetz, Nelson Boeira Faedrich, Sotero Cosme, João Faria Viana, João Mottini, Gastão Hofstaetter, Roswitha Wingen-Bitterlich e Ernst Zeuner. As imagens que integraram a exposição são oriundas de coleções públicas (Margs; Pinacoteca Aldo Locatelli da Prefeitura de Porto Alegre; Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do Instituto de Artes da UFRGS) e privadas (Fundacred; coleções particulares).

Entre as inúmeras anotações feitas pelos visitantes da exposição no MARGS, estava a

deixada por Vera, de 63 anos: “Me emocionei lembrando de minha juventude e de meu pai, já falecido, tendo sido a Globo um de seus primeiros empregos quando chegou em Porto Alegre. Ali tomou gosto pelos livros e por isso nos presenteou, a mim e meus irmãos, com vários deles na minha infância e juventude. Mergulhei no tempo com emoção”. Paula conta que muitas vezes ficou emocionada com as manifestações das pessoas que viveram o período de auge da livraria do Globo e que deixaram isso registrado no caderno da exposição: “Aos 93 anos revivi essa bela época de arte”, escreve outro visitante cuja assinatura é de difícil leitura.

O livro, que reúne o material de pesquisa tanto de seu mestrado como do doutorado, aborda a história da Livraria do Globo a partir de sua produção gráfica, enfatizando os artistas ilustradores que trabalharam na legendaria Seção de Desenho da empresa, na primeira metade do século XX, sob a gerência do designer alemão Ernst Zeuner (1895–1967). Entre eles, alguns dos principais nomes do cenário artístico local: Sotero Cosme (1905–1978), João Fahrion (1898–1970), Edgar Koetz (1914–1969), Nelson Boeira Faedrich (1912–1994), João Faria Viana (1905–1975), João Mottini (1923–1990) e Vitorio Gheno (1923). Esses artistas criavam capas, ilustrações, vinhetas, identidades visuais, num trânsito entre artes visuais, artes

gráficas e design. Em grande formato (30 x 24 cm), com 656 páginas e 1.368 imagens, a obra tem coordenação editorial, pesquisa e texto de Paula Ramos; produção executiva e produção gráfica de Gilberto Menegaz; reproduções fotográficas de Fabio Del Re e Carlos Stein; projeto gráfico de Sandro Fetter e de Paula Ramos.



Reprodução da capa da *Revista do Globo* com ilustração de Edgar Koetz

DIVULGAÇÃO



A quem interessa a austeridade fiscal?

Fernando Ferrari Filho*

Entre 2014 e 2016 o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro acumulou uma queda da ordem de 7,2% e a taxa média de desemprego elevou-se de 4,8%, em 2014, para 11,5%, em 2016 (médias calculadas pelo autor com base em Estatísticas, IBGE (2017), e Séries Históricas, IPEADATA (2017)). Centrando a atenção no PIB, uma análise comparativa desse resultado com o nível de atividade de quaisquer outros períodos da economia brasileira, desde que as estatísticas econômicas passaram a ser disponibilizadas, mostra que o país vivenciou a maior recessão de sua história.

Explicação para os motivos dessa recessão não faltam, ainda mais porque, sendo a Economia uma Ciência Social, há várias “tribos” de economistas. Por um lado, os economistas do *mainstream* argumentam que as origens da recessão se encontram na “nova matriz macroeconômica” implementada no primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014). Para esses, a redução artificial da taxa básica de juros, Selic, e a irresponsável expansão fiscal teriam criado expectativas inflacionárias, desequilibrado as contas públicas, e gerado um efeito crowding-out (quando uma política fiscal expansionista causa efeitos positivos na taxa de juros que, por sua vez, reduz os gastos privados, em especial o nível de investimento) na atividade econômica. Por outro, os economistas heterodoxos entendem que a taxa acumulada negativa do PIB no período 2014-2016 está relacionada à baixa formação bruta de capital fixo/PIB – média de 17,4% entre 2014 e 2016 (IPEADATA-2017) –, aos desdobramentos da crise internacional, entre os quais, as queda dos preços das commodities e do volume de comércio mundial, e aos equívocos e pragmatismo das políticas fiscal e monetária.

“A austeridade fiscal, atualmente em curso, parece ter como preocupação central atender aos interesses rentistas”

Fernando Ferrari Filho

Independentemente das razões atribuídas à recessão brasileira, a questão a ser respondida é: o que fazer para que o PIB volte a crescer dinâmica e, mais importante, sustentavelmente?

Via de regra, a articulação de políticas fiscal, monetária e cambial é indispensável para que economias saiam da crise econômica e recuperem o ritmo de crescimento. Exemplificando, as políticas fiscal e monetária contracíclicas postas em prática pelas Autoridades Econômicas (AE), tanto de países desenvolvidos quanto dos emergentes, logo após a crise financeira inter-



Manifestação contra a reforma da Previdência durante a Marcha das Mulheres, em março passado

nacional (2007-2008), foram importantes para mitigar o impacto dessa na “grande recessão” mundial (2010-2011). No caso de economias emergentes, como a brasileira, além das referidas políticas macroeconômicas, reformas estrutural-institucionais não podem ser negligenciadas como condição para que haja uma estabilização real da economia, entendida como crescimento econômico sustentável, controle do processo inflacionário e equilíbrio interno e externo.

Centrando a atenção na política fiscal, qual deve ser a estratégia/contribuição para que o Brasil encontre o caminho da recuperação?

Para o governo Michel Temer, a retomada do crescimento passa pelo ajuste fiscal e pelas reformas estruturais (patrimonial e previdenciária), pois contribuem para o equilíbrio das contas públicas e a estabilização e/ou recuo da relação dívida pública bruta/PIB. Segundo o Banco Central do Brasil (BCB), a previsão é de que ao final deste ano essa relação atinja 52,2%. Em outras palavras, Estado Mínimo é a agenda econômica para que o governo ponha em prática a “ponte para o futuro”.

Nesse sentido, as AE propuseram, e foi aprovado no Congresso Nacional, o

Novo Regime Fiscal, cuja ideia consiste em reajustar, nominalmente pela inflação passada, os gastos públicos correntes, engessando, assim, a política fiscal dos cinco próximos governos. Ademais, o Ministério do Planejamento está contingenciando, em função da queda das receitas correntes, as despesas governamentais previstas na Lei Orçamentária. Em suma, o governo federal entende que austeridade fiscal é condição para o país crescer.

Será mesmo? Pela a evolução dos resultados fiscais, primário e financeiro, apresentados na tabela abaixo, vê-se que a política de austeridade fiscal está sendo executada não necessariamente para criar as condições para que a economia brasileira volte a ter “fundamento” fiscal e, assim, crescer dinamicamente, mas, sim, para garantir o fluxo de rolagem da dívida pública. Mais especificamente, a referida tabela mostra que, apesar de o resultado primário ter se elevado entre 2014 e 2016, diga-se de passagem, devido basicamente à queda das receitas correntes como consequência da recessão, o déficit financeiro foi o principal responsável pelo desequilíbrio fiscal no período. Em resumo, em nosso ponto de vista, a austeridade fiscal, atualmente em curso, parece ter como preocupação

central atender aos interesses rentistas.

Contrariamente à austeridade fiscal, entendemos que, no curto prazo, alguma combinação entre juros baixos, o que vem sendo finalmente posto em prática por parte do BCB, e controle seletivo sobre o gasto corrente pode ser necessário de modo a aumentar o investimento público em infraestrutura e os gastos com programas sociais, principalmente porque ambos têm efeito multiplicador sobre o crescimento da demanda agregada. Por sua vez, no longo prazo, a combinação entre uma desejada flexibilização na política fiscal com a garantia das condições de sustentabilidade da dívida pública pode ser obtida pela divisão do orçamento público em dois segmentos distintos, em conformidade com a proposta original de Keynes (Activities 1940-1946: Shaping the Post-War world – employment and commodities; The Collected Writings of John Maynard Keynes, XXVII, 1980): (1) orçamento ordinário, relacionado às despesas correntes; e (2) orçamento de capital, relacionado às despesas de investimento público. O primeiro deveria estar sempre em equilíbrio ou preferencialmente superavitário, ao passo que o segundo estaria provisoriamente em desequilíbrio, de modo a viabilizar os investimentos públicos em infraestrutura e nas áreas sociais, contribuindo, assim, não somente para o crescimento econômico como, também, para a melhoria da distribuição de renda.

Concluindo, a articulação da política fiscal nos moldes acima propostos parece ter mais condições para recuperar a economia brasileira e assegurar tanto o equilíbrio fiscal intertemporal quanto estabilizar ou reduzir a dívida pública no longo prazo.

RESULTADOS FISCAIS, PRIMÁRIO E FINANCEIRO, EM RELAÇÃO AO PIB, ENTRE 2014 E 2016

RESULTADOS FISCAIS/ANOS	2014	2015	2016
RESULTADO PRIMÁRIO/PIB (A)	- 0,6%	- 1,9%	- 2,5%
RESULTADO PRIMÁRIO/PIB (B)	- 6,1%	- 7,2%	- 6,5%
RESULTADO NOMINAL/PIB (A + B)	- 6,7%	- 9,1%	- 9,0%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DAS INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DO IPEADATA (2017)

* Professor Titular do DERI/UFRGS e pesquisador Nível 1 do CNPq

Decisões compartilhadas

Francisco Arsego de Oliveira*

Quem deve decidir qual o melhor tratamento para um problema de saúde? Se essa pergunta fosse feita há 30 anos, ninguém teria dúvidas em responder: obviamente, o médico!

Tradicionalmente, o médico, em nossa sociedade, tem figurado como ator principal no cuidado à saúde, respaldado pelo seu conhecimento sobre as doenças que afligem a humanidade e sobre as alternativas de como resolvê-las. Aliás, diagnosticar corretamente as enfermidades e tratá-las sempre que possível tem sido uma das suas principais atribuições há séculos.

O que ocorreu ao longo da história é que, vinculado a essa ideia, o poder do médico cresceu – alguns diriam que cresceu de forma exagerada, beirando a arrogância – a ponto de entender que é o seu direito (quase um “dever”) fazer as escolhas dos tratamentos a serem seguidos baseados exclusivamente no conhecimento técnico disponível. A bem da verdade, temos que admitir que a própria formação médica, muitas vezes, tem contribuído para reforçar essa tendência de autoridade quase absoluta.

Uma análise mais aprofundada mostra que o poder médico, em si, não é um fenômeno exclusivo do mundo moderno. Todas as sociedades, desde sempre, outorgam poderes aos seus agentes de cura, que o utilizam para exercer a sua ação terapêutica. O poder é, assim, um elemento intrínseco e necessário nessa relação. O que foi alterado, contudo, é a percepção de como ele tem sido utilizado e a quem isso causa desconforto.

Nesse sentido, a pergunta formulada no início do texto, a respeito de quem

deve decidir sobre os problemas de saúde, teria, hoje em dia, uma resposta diferente: depende.

O que mudou desde então para justificar essa mudança? As explicações são inúmeras e variam conforme o interlocutor, mas parece ser consenso que vivemos em um mundo cada vez mais complexo e que a velocidade dessa transformação tem sido espantosa, inclusive na área da atenção à saúde. A disponibilidade de exames diagnósticos e de opções terapêuticas, por exemplo, cresceu de modo exponencial, com consequências diretas na assistência à saúde e na relação médico-paciente.

Nesse processo, um elemento fundamental tem sido a facilidade de acesso à informação que são de todos os tipos e sobre todos os temas – até com enormes pressões pelo consumo desenfreado e soluções mágicas para doenças graves. Já se disse que o paciente é “o maior especialista nele mesmo” e esse excesso de informação tem propiciado que cada um de nós se sinta mais autorizado a discutir sobre qualquer assunto, inclusive os alusivos à sua própria saúde.

É nesse contexto que o termo “decisões compartilhadas” começou a ser difundido de maneira mais sistematizada no final dos anos de 1980 nos Estados Unidos. Ele está relacionado a um processo colaborativo em que profissionais de saúde trabalham junto a pacientes para escolher as melhores opções de manejo para seus problemas, baseados em evidências científicas de boa qualidade, nas preferências e nos valores de cada um dos envolvidos. É claro que tomar decisões junto com os pacientes não é exatamente uma novidade e não surgiu com essa definição. Bons médicos fazem isso há anos e, talvez por isso mesmo, sejam tão queridos

e admirados por pacientes e colegas.

Esse tema acabou se mostrando um terreno fértil para debates intensos, sendo que a produção acadêmica nessa área tem crescido no mundo, com todas as especialidades da medicina salientando a sua importância. Até mesmo as grandes corporações médicas e os planos de saúde descobriram esse filão e já se deram conta que compartilhar decisões propicia melhores resultados clínicos e, por isso, é mais econômico e traz mais satisfação para os seus usuários e o impacto financeiro também é significativo.

Entretanto, o que seria aparentemente um processo simples e pacífico, envolvendo uma prática médica mais humanizada, ainda oferece algumas resistências. Surgem argumentos que questionam o real desejo dos pacientes em se envolver nessa discussão e, até mesmo, se esse tipo de prática não tomaria muito tempo a ponto de “paralisar” os serviços, já que a necessidade de uma aprovação do paciente seria um luxo que acarretaria morosidade no processo.

Na verdade, o que parece estar em jogo é uma inversão na forma de encarar a relação médico-paciente, em que o indivíduo passa a ser o centro do cuidado e não mais o médico. Práticas de saúde “centradas no paciente” já são lugar comum em inúmeras instituições há anos, mas ainda causam certo mal estar em alguns setores que temem que a perda do seu poder coloque em risco a sua própria atuação profissional. É claro que os médicos sempre serão fundamentais, mas terão que aprender, ainda na faculdade, que pacientes podem ter concepções diferentes (e não necessariamente “certas” ou “erradas”) sobre saúde e doença. Deverão se relacionar em

um outro patamar, que exige, além de uma comunicação efetiva, um esforço pedagógico adicional e constante em relação ao paciente a ponto de oportunizar que ele tenha uma postura mais ativa e consiga expressar suas preferências e influenciar nas ações a serem tomadas a seu respeito.

É importante enfatizar que decidir de forma compartilhada não significa deixar o paciente tomar decisões sozinho. Isso obviamente também não significa anular o conhecimento médico, mas ampliá-lo. Isso é estimulante e desafiador, pois exige do médico o exercício de um papel integrador, em especial entre um saber técnico sólido, a comunicação com os pacientes, com outros profissionais e instituições e, por fim, um olhar crítico no que tange à sua prática como profissional na sociedade. Discute-se aqui o estabelecimento de um novo tipo de parceria, no sentido de que parceiros verdadeiros elegem prioridades, trocam ideias e expõem preferências de modo franco e direto, buscando atingir um objetivo comum.

Ao contrário do que muitos podem pensar, tomar decisões de forma compartilhada não é mais um modismo que passará em pouco tempo. Por outro lado, também não é uma panaceia que resolverá todas as mazelas da atenção à saúde, mas é a busca de uma prática médica mais qualificada, na qual há uma interação respeitosa e responsável entre médicos e pacientes, com alto grau de conhecimento científico agregado e, sobretudo, adaptado a cada um de nós. A partir disso, quem sabe, poderemos ouvir mais frequentemente “Doutor, a minha saúde está em nossas mãos!”

*Professor do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina



Atendimento médico na emergência do Hospital de Clínicas



O temor pela aposentadoria

FLÁVIO DUTRA/JU



A servidora Rosângela Aguiar aguarda os desdobramentos da reforma da previdência para decidir se continua na Universidade

UFRGS Solicitações do benefício cresceram quase 50% em um ano na UFRGS

Samantha Klein

Antes mesmo de ser aprovada no Congresso Nacional, a reforma da Previdência já mostra seus reflexos nos números de pedidos de aposentadorias neste ano. Seja na iniciativa privada, seja no serviço público, boa parte dos trabalhadores com tempo de serviço está solicitando desligamento do trabalho. Mesmo o abono permanência, que isenta o servidor do desconto previdenciário ao optar por continuar trabalhando, já não vem sendo tão atrativo quanto era aos servidores com tempo de serviço para se aposentar.

Na UFRGS, o número de solicitações homologadas aumentou em quase 50% segundo dados da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp). Até o final de novembro, 288 servidores solicitaram aposentadoria contra 192 obtidas em 2016. Conforme a Divisão de Análise Funcional da Progesp, pedidos por parte de técnicos-administrativos chegaram a 180; já entre os docentes foram 108 ao total. Até o ano passado, havia um equilíbrio entre os requerimentos das duas categorias.

Em todo o país, a tendência é a mesma. Até agosto de 2017, mais servidores públicos se aposentaram do que durante todo ano passado. De acordo com os dados do Ministério do Planejamento, 16,8 mil pessoas solicitaram e obtiveram o benefício. Em 2016, 14.256 servidores se aposentaram em todo o país.

Esses números em crescimento são culpa do governo, segundo o presidente da Adufrgs/Sindicato (Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do RS) Paulo Mors. Ele considera que a atual proposta de reforma da Previdência está afastando da atividade profissionais qualificados que poderiam seguir em atividade por muitos anos. “Tenho certeza de que colegas estão pedindo aposentadoria sem ter vontade. É muito comum no meio acadêmico já ter idade para se aposentar, mas permanecer trabalhando”.

Rosângela Maria Ferreira Aguiar, servidora da UFRGS desde 1984, já possui tempo suficiente para se aposentar, mas acredita que ainda não é o momento. Além de ser jovem, tem um filho estudando em Porto Alegre, o que colabora para que ela queira permanecer vivendo na Capital. “Hoje minha intenção é ficar trabalhando porque gosto da minha função, que tem uma exigência grande, mas o clima de trabalho é muito bom. Porém, se eu perceber que a situação será desfavorável, claro que vou sair”, assegura.

Na iniciativa privada, através do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o INSS concedeu 3,2 milhões de benefícios até agosto deste ano. Esse cálculo não inclui, entre outras, as aposentadorias por invalidez. No ano passado inteiro, 4,7 milhões de

brasileiros se aposentaram pelo INSS. A tendência é que 2017 termine com recorde histórico de novos aposentados.

Reforma – A atual proposta do governo, mais enxuta do que a original, estabelece a idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres para obtenção da aposentadoria. Outra exigência é de 15 anos de contribuição para trabalhadores do setor privado, como ocorre hoje, e de 25 anos para servidores públicos. Pela regra de cálculo proposta, serão necessários 40 anos de contribuição para receber 100% do benefício. Até o fechamento desta edição, o Planalto não tinha os 308 votos necessários para aprovar a medida.

Professora de Ciências Atuariais da Universidade, Maris Caroline Gosmann critica o projeto, considerando ser um modelo que não soluciona o problema a longo prazo. Para a docente, o nível de renda deveria ser considerado na mudança. “Mesmo que uma pessoa tenha contribuído por 30 anos sobre o seu salário, não é possível manter aposentadorias tão altas quando a longevidade das pessoas aumentou muito. É bem verdade que servidores fizeram concurso, devem ter estabilidade, mas eles já têm condições diferenciadas do trabalhador do INSS.”

Conforme a professora, quem contribui para o INSS não deveria ser atingido nesse momento. “Se for elevada a idade para a aposen-

tadoria de todo mundo, não será levado em consideração o nível de renda que tem influência direta na sobrevivência das pessoas. A grande maioria, que não tem salário alto, não tem condições de trabalho tão boas quanto no serviço público e terá de trabalhar até os 65 anos, sendo que viverá até os 85. Não são essas pessoas a causarem o desequilíbrio da Previdência. Essa reforma poderia ser feita para quem está dentro da universidade, por exemplo, mas é injusta para a maioria dos trabalhadores”, ressalta.

Além disso, a especialista considera que as consequências das mudanças recentes ainda não surtiram efeito. “Precisaríamos de mais tempo para avaliar os impactos das emendas constitucionais 20 e 41. Ou seja, uma reforma recente já foi feita quando foram instituídas a idade mínima e o tempo de contribuição como fator para a contagem do benefício e não o tempo de serviço”.

A emenda 20 de 1998, entre outras modificações, criou o requisito de idade mínima para aposentadoria dos servidores: 55 anos para mulheres, além de 30 anos de contribuição, e 60 anos para homens com 35 anos de contribuição. Mais tarde, a Emenda Constitucional 41 fixou tetos máximos para vencimentos, aposentadorias e pensões nas esferas federal, estadual e municipal. Também criou contribuições para os aposentados e pensionistas do serviço público sobre o valor dos

benefícios que superarem o teto máximo do regime geral.

Agenda antiga – A advogada especializada em Direito Previdenciário Marilinda Marques Fernandes discorda da perspectiva da professora. Para a jurista, o déficit da Previdência divulgado pelo Ministério da Fazenda é impossível de ser calculado porque não há uma separação de contas em relação à arrecadação dos recursos. “Os trabalhadores com carteira assinada contribuem até o teto do INSS, enquanto os servidores públicos pagam 14% sobre o salário total. Assim, a campanha do governo federal dá alento ao relatório do Banco Mundial que exige corte de salários e corte no regime previdenciário”, justifica.

Segundo Marilinda, a mudança na Previdência vai ao encontro do que chama de “demolição do serviço público”, campanha antiga que ganhou força com as atuais reformas. “O próximo ponto é a reforma salarial. O objetivo é enxugar o funcionalismo ao máximo e balizar os vencimentos dos trabalhadores ao teto do INSS. O discurso que vende o serviço público como uma casta de privilegiados não é verdadeiro. Os funcionários públicos ganham um pouco mais para que se evite a corrupção, porque atendem a um regime de dedicação exclusiva e prestam serviço de utilidade pública. Há uma série de diretrizes do Direito Administrativo que justificam essas diferenças salariais”, salienta.

Jornada sem fim

Rotina Alunos têm dificuldade em conciliar o trabalho com a graduação

São 8h30min. A porta da sala de aula já está fechando àqueles que não conseguiram chegar no horário. À tarde, o dia é preenchido pelo estágio. Engana-se quem pensa que há sempre descanso aos finais de semana: para Ketlyn Damaceno, o trabalho ocorria de segunda a segunda. Poucos eram os momentos de lazer para a estudante de Biblioteconomia da UFRGS, que se formou neste ano e precisou equilibrar o trabalho com os estudos. Permanecer na faculdade foi difícil; porém, conseguiu concluí-la em seis anos e meio – dois anos a mais do que a duração do curso. “Houve períodos em que estava exausta. Faltava aula ou chegava depois, pois trabalhava de noite. Pensei em trancar, mas minha irmã me incentivou para que continuasse”, relata Ketlyn.

Essa realidade é a de muitos estudantes que enfrentam dupla jornada e é um dos motivos pelos quais se elevou o número de evasões. Fenômeno que despertou a curiosidade da técnica em assuntos educacionais na Faculdade de Odontologia da UFRGS Juliana Souza Lamers. O interesse foi tanto, que, em 2013, iniciou sua pesquisa de mestrado sobre os motivos que levavam às reprovações, que já aconteciam desde o início do primeiro semestre entre os alunos do curso de Odontologia Noturno, criado em 2010. Foram entrevistados estudantes que estavam em alguma situação de retenção, que já haviam reprovado, trancado ou pedido transferência para o curso diurno. Destacaram-se como prin-

cipais dificuldades a conciliação com o trabalho, a questão de adaptação à universidade, a organização das disciplinas e a didática adotada em sala de aula. O estudo também foi realizado com professores da Odontologia, que alertaram para o fato de que as aulas precisam ser menos expositivas para esses alunos e de que a instituição tem um papel fundamental em sua permanência na Universidade.

“Serviços como biblioteca, diretório acadêmico e lanchonete são mais restritos para quem estuda à noite. Precisa-se reavaliar a estrutura dos espaços oferecidos. Concluímos também que a integração é fundamental, porque os alunos de Odontologia noturno se sentem separados”, diz Juliana. A partir de sua pesquisa, foram desenvolvidas políticas sistemáticas de acompanhamento com bolsistas e monitores que promovem reforço acadêmico daquelas disciplinas com elevado percentual de reprovações. Outros critérios vêm sendo adotados, como a ampliação de vagas nas disciplinas, para que nenhum aluno fique sem as matérias. “É a inovação pedagógica, destacando-se a extensão como inserção e criando a ideia de pertencimento ao curso, para que tenham a oportunidade de participar de debates, palestras e projetos”, completa. As ações já tiveram resultados: dos alunos que participaram do reforço, mais de 80% foram aprovados e, comparado aos anos anteriores, o número de estudantes em controle de matrícula – ou seja, aqueles que não obtiveram um quociente ne-

cessário de aprovação no semestre anterior e terão créditos limitados – diminuiu significativamente.

Repercussão – A iniciativa surtiu efeitos: comissões de graduação de outros cursos têm seguido o modelo, como na Agronomia, na Matemática e na Arquivologia. Igor Pereira, técnico do setor acadêmico da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS (Fabico), também criou um grupo de estudo para o tema da retenção e tenta encontrar soluções para que o aluno trabalhador continue na Universidade. Junto com Juliana, Igor organizou uma palestra em setembro deste ano para debater essa temática. Convidaram membros do pré-vestibular popular Resgate e do Diretório Central dos Estudantes para conversarem com os alunos. “O público foi diverso, com muitas pessoas da Arquivologia e uma turma inteira da Saúde Coletiva. Técnicos docentes ligados a setores acadêmicos e colegas da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Prae) também foram”, registra Igor. O encontro, que ocorreu na Faculdade de Odontologia, teve a participação de cerca de 190 pessoas, com grande repercussão nas redes sociais. Para Igor, isso demonstrou a urgência de se falar sobre esse assunto. “Notamos, na avaliação dos alunos sobre a palestra, que é preciso dialogar mais com os setores da reitoria, como o de assuntos estudantis e a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Prae), para que consigamos ter

uma política de acolhimento a esse estudante”, elucida.

“Essas mudanças são importantes porque delimitam um marco para a universidade brasileira, que surgiu de modo elitista e excluyente. Com as políticas de cotas, houve oportunidade àqueles que não tinham acesso ao ensino superior, como o estudante trabalhador. Precisamos mudar a forma de atuação para garantir o atendimento às necessidades desse grupo”, argumenta. Para ele, é urgente uma mudança comportamental, pois falta sensibilidade por parte de professores e diretores para compreenderem que muitos de seus alunos têm dupla jornada de esforço: a sala de aula e o trabalho. O que torna essencial a colaboração do corpo discente para que haja maior flexibilidade. Ketlyn ilustra: “Fui assaltada no meio do curso e fiquei traumatizada. Chegava atrasada nas aulas por causa do medo e rodei já que ninguém queria saber o porquê”, desabafa. Para concluir o curso, precisou recorrer à terapia. “Foi o que me ajudou. Teve momentos em que queria largar tudo. Quando fiz o trabalho de conclusão de curso, precisei sentar e escrever, o que não teria sido possível sem suporte psicológico”, testemunha.

Saber conciliar – Rossana Mativi, aluna do curso noturno de Saúde Coletiva da UFRGS, ingressou em 2011 e também enfrentou uma rotina árdua. É técnica em nutrição há onze anos no Grupo Hospitalar Conceição e trabalha seis horas no Hospital Fêmima. Para ela, a

conciliação é um desafio: “Estudar e trabalhar é bom e ruim. Ruim, porque não há tempo para um estudo com mais qualidade. Bom, pois sempre tive independência financeira e, trabalhando na área da saúde, coloquei teorias em prática”. Para ela, a maior dificuldade é otimizar o tempo: “Tem colegas que trabalham oito horas por dia. Saem às 18h, têm de jantar e chegar às 18h30min na faculdade. Mesmo para quem trabalha seis horas, muitas vezes o expediente termina às 19h: Como estar em aula antes disso? Qual a compreensão da Universidade?” Rossana reduziu o número de disciplinas devido ao cansaço físico e mental. Em 2012, pensou em trancar o curso, mas reduziu as matérias por semestre.

Ketlyn e Rossana avaliam que a UFRGS precisa melhorar a assistência ao estudante trabalhador. Para Ketlyn, o reajuste das bolsas é necessário: “Ninguém consegue se sustentar com 400 reais por mês”, diz. Rossana vê a importância de se adequar a carga horária dos estágios obrigatórios e do início das aulas. “Não há, no Brasil, legislação que apoie o estudante em relação à redução de jornada e outros benefícios. Na aula que tivemos na faculdade de Odontologia sobre a permanência do estudante trabalhador na Universidade apresentaram a experiência de Portugal, que fez uma legislação específica para esse público”, conclui.

Camila Souza,
estudante do 6.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Rossana Matini, aluna do curso noturno de Saúde Coletiva, diz que o maior desafio é otimizar o tempo entre trabalho e faculdade



Sexualidade no divã

Saúde *A visão da Psicologia a respeito da homossexualidade na prática clínica*

A decisão judicial do juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara do Distrito Federal, em setembro deste ano, causou polêmica e reacendeu a discussão sobre terapias de reversão sexual, conhecidas popularmente como “cura gay”. O juiz concedeu uma liminar que torna legal psicólogos oferecerem terapias de reorientação sexual a seus pacientes. De acordo com uma resolução de 1999, o Conselho Federal de Psicologia determina que “os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados”.

O membro do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul e pós-doutorando em Psicologia pela UFRGS Ângelo Brandelli Costa afirma que, historicamente, a psicologia e a psiquiatria classificavam as sexualidades não-heterossexuais como patologias e assim eram tratadas com terapias conversivas: “Mas, ao longo do século XX, uma série de estudos demonstraram que a homossexualidade não estava mais ligada a indicadores de psicopatologia do que a heterossexualidade, e que a homossexualidade é uma variação normal do comportamento sexual em humanos e em outros animais”. O psicólogo lembra ainda que o movimento pela causa

LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) ajudou a dar visibilidade a esses estudos na agenda política, mostrando que terapias reversivas eram antiéticas e ineficazes. Como resultado das discussões acerca do tema, em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista internacional de doenças.

Segundo Ramiro Catelan, pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (Nupsex) da UFRGS, dentro de uma visão de psicologia mais contemporânea, é inadmissível que se fale da homossexualidade como psicopatologia. “Mas existem alguns movimentos dentro da psicologia que vão dizer ao contrário sem fundamento científico, com atravessamento fundamentalista e religioso”, diz. Ele esclarece que pessoas com algum tipo de conflito com sua orientação sexual sempre tiveram o direito de procurar atendimento psicológico, mas pontua que o profissional da psicologia não pode oferecer terapias de reparação sexual. “Esse tipo de serviço é antiético, viola o direito de livre expressão sexual e não funciona. Não existem evidências que apontem a possibilidade de modificar o desejo sexual”. E completa: “A principal questão de não fazer esse tipo de prática é que elas colocam em risco a vida das pessoas. Sabemos que

quem passa por tentativas de reversão sexual tem maiores níveis de disfunção sexual, ansiedade e depressão, e aumenta a ideia de suicídio”. De acordo com Ramiro, o papel do psicólogo é orientar, oferecer informações de qualidade sobre sexualidade e gênero, e buscar estratégias para que o paciente possa aceitar sua sexualidade. O psicólogo Ângelo Brandelli também assegura de que não existem terapias capazes de reverter a sexualidade: “Não existe ‘cura gay’. Mas quando uma família procura um profissional para reverter a sexualidade de um familiar, existem recursos para reverter o entendimento equivocado da família ou da própria pessoa que buscou terapia com esse intuito”.

Construção da sexualidade – Nos estudos em psicologia, ainda não se tem uma resposta final de como a sexualidade se forma em cada indivíduo. Segundo Ângelo, o que se acredita é que ela se dá a partir de uma relação complexa entre componentes biológicos e componentes sociais. O pesquisador também observa que a maior parte das pessoas não percebe sua sexualidade como uma escolha, no entanto, outra parte percebe que pode escolher entre diferentes práticas sexuais, ao longo do ciclo da vida. Ramiro Catelan também reforça a crença atual da psicologia de que a sexualidade humana e a orientação sexual são

fenômenos complexos e multifatoriais (biológicos, sociais, psicológicos, interacionais) e atesta que afirmar que já nascemos programados para determinada orientação sexual é difícil em termos científicos.

“Em termos estatísticos, a maior parte das pessoas é heterossexual, só que o fato de ser maioria numérica não pode significar que devemos colocar a heterossexualidade como uma norma. Há pessoas que desde a infância, pós-adolescência ou adultez expressam uma sexualidade que não é heterossexual”, conclui Ramiro. A respeito da interpretação de que a homossexualidade é resultado de um trauma, o pesquisador do Nupsex diz que a psicologia científica é enfática em refutar esse tipo de argumento. Segundo ele, a psicologia e a psicanálise ajudaram a criar essa interpretação equivocada e reforçada ainda hoje dentro da própria profissão.

A questão principal para Ramiro Catelan é “que se possa modificar a nossa cultura para que tenhamos um debate sobre diversidade sexual. Conseguir entender a sexualidade como múltipla para que não violentemos pessoas que não seguem esse padrão cultural heterossexual que se estabeleceu”.

Formação falha – Ramiro reconhece que os cursos de Psicologia não preparam os futuros

profissionais para trabalhar com questões de diversidade sexual no consultório. “A nossa formação, nesse sentido, é muito falha. E esse debate sobre diversidade sexual e gênero precisa ser urgentemente institucionalizado nos currículos”, admite. Autodidata no tema, hoje ele atende o público LGBT em seu consultório e capacita outros profissionais – como no curso de extensão na PUC sobre avaliação em psicoterapia na diversidade sexual e de gênero. Ramiro Catelan reforça a relevância de formação adequada uma vez que existem diferenças importantes entre pacientes homossexuais e heterossexuais. “A diferença principal está colocada no preconceito. Pessoas homossexuais experimentam maior discriminação, e isso pode ter influência dentro da prática clínica. Cabe ao psicólogo identificar qual é o efeito que o preconceito tem na saúde mental das pessoas”, explica o pesquisador. Atualmente, em parceria com o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Ramiro está traduzindo para o português um guia da *American Sociological Association* de boas práticas clínicas no atendimento de pessoas transexuais, que servirá como um documento de referência para o Conselho e profissionais.

Cássia de Oliveira,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Na parada livre, em novembro, os participantes reivindicam, entre outras coisas, a livre expressão sexual



Escritas de vida

Conceição Evaristo *A partir de sua perspectiva de mulher negra da periferia, a escritora mineira traz em sua narrativa experiências comuns às comunidades afro-brasileiras*

Nascida na favela do Pendura Saia, em Belo Horizonte, Conceição Evaristo sempre desejou ingressar na carreira docente. Aos 25 anos, entre estudos e trabalhos como empregada doméstica, concluiu o magistério. Mas, como para seguir a profissão em Minas Gerais, era preciso indicação, algo que não conseguiria com suas condições sociais, mudou-se para as terras cariocas, onde pretendia prestar concurso. Anos depois, concluiria seu doutorado em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense (UFF). Como escritora, lança seu primeiro texto aos 44 anos, publicado pelo Quilombhoje, coletivo cultural e editora de São Paulo. Aos 57 anos, 20 anos após escrever seu livro *Ponciá Vicêncio*, conseguiu publicá-lo com financiamento próprio. Hoje, com 70 anos, a autora tem seu trabalho reconhecido nacionalmente. Em maio deste ano, ela foi homenageada com a exposição *Ocupação Conceição Evaristo* do Itaú Cultural de São Paulo. Em julho, foi convidada oficial da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) pela primeira vez, e recentemente esteve em Porto Alegre para participar da 63ª Feira do Livro da cidade.

Já disseste algumas vezes que crescestes rodeada de palavras e não de livros, como assim?

Eu já escutei escritores e escritoras, com uma condição social diferente da minha, dizerem: “Eu tinha uma biblioteca em casa”. Mas não é essa a minha história.

Cresci rodeada de palavras. A minha mãe, minha tia, as pessoas mais velhas estavam sempre contando histórias e, como a gente tinha um prazer muito grande de lidar com a palavra, um caso qualquer virava uma verdadeira história. Fui ter contato com o texto quando fui para a escola primária. Antes disso, o material impresso que chegava na minha casa era uma novidade. A minha mãe pegava as revistas e a gente ficava olhando as fotografias, tentava adivinhar o que estava acontecendo e ia inventando histórias. Teve um momento que uma das minhas tias, que trabalhava na casa da senhora que era diretora da Biblioteca Estadual, foi trabalhar nessa biblioteca. Eu já frequentava, mas a partir do momento em que a minha tia passou a trabalhar na portaria, eu tinha outra liberdade para entrar e sair. Então, nesse momento, eu dizia que tinha minha própria biblioteca.

Em tua dissertação de mestrado, introduziste a expressão “escrivência”, o que significa?

“Escrivência” é uma escrita que está profundamente comprometida com a vida. Dificilmente eu escrevo a partir do nada. Ou é um fato acontecido ou é um que eu trago na memória, mas é sempre alguma coisa que tem uma íntima relação com acontecimentos do cotidiano. Eu gosto de observar as rotinas a partir da realidade e das condições de vida da comunidade afro-brasileira. Então eu tenho

dito que tudo o que escrevo está profundamente marcado pela minha condição de mulher negra na sociedade brasileira. Esse termo nasce quando eu me lembro de uma das funções que as escravas tinham, que era contar histórias para adormecer as crianças da casa-grande. Enquanto isso, a escrita das mulheres negras tem a função de incomodar o sono da herança da casa-grande que ainda existe hoje no Brasil.

“...a literatura, como toda a instituição brasileira, escolhe. Muitas vezes, infelizmente, ela escolhe a partir do gênero e da cor da pele.”

O que há de diferente entre as chamadas literatura negra e literatura branca?

Eu acho que é o ponto de vista. Uma amiga minha de São Paulo usa uma comparação que acho muito boa. Quando uma escritora branca vai escrever sobre uma empregada doméstica é como se ela parasse na porta do quarto da empregada, olhasse ela lá dentro e começasse a descrevê-la. Já, uma escritora negra, é como se estivesse

se dentro do quarto da empregada. Não seria a patroa olhando a empregada, mas a empregada falando a partir da condição dela enquanto olha para a patroa. Mesmo que essa autora negra não tenha experimentado o papel de doméstica, nós negros temos uma herança histórica. Temos essa herança de bisavós, tataravós que traz a história da escravidão, da subalternidade. Mesmo quem não tenha experimentado isso; essa memória histórica nos coloca em outro lugar. Se isso influencia o nosso texto, o que também pode não acontecer, então marca essa diferença. Isso tem muito a ver com o que a gente chama hoje de local de fala. O negro vai escrever a partir de uma sociedade em que o racismo está aí.

Porque há pouca abertura na literatura para autores negros?

Porque há pouca abertura na sociedade brasileira para os negros. Essa falta de reconhecimento na literatura é uma limitação do negro na sociedade em geral. Certas áreas da arte que são consideradas mais abertas, como a música, vão dizer: “mas tem cantores negros”. Pode ter, mas e maestros e regentes de orquestras? Na dança tem as mulheres sambistas, mas encontram-se pouquíssimas bailarinas negras e poucas delas chegam ao corpo do baile do teatro oficial da cidade. Então, as oportunidades que as pessoas negras têm são menores, mesmo nessas áreas em que a gente pensaria que são mais abertas.

Na literatura também. Quando estamos pensando em literatura, não nos referimos só ao texto escrito, mas também ao sistema de publicação, à distribuição, aos críticos que vão valorizar ou desvalorizar esse texto, nos referimos às bibliotecas que vão receber esses livros, aos prêmios. Então, a literatura, como toda a instituição brasileira, escolhe. Muitas vezes, infelizmente, ela escolhe a partir do gênero e da cor da pele.

O que representa para ti ter sido uma convidada oficial da Flip deste ano?

Eu parabeno muito a Joselia Aguiar, a curadora da Festa. Acho que ela é uma mulher valente. Se tudo desse certo, tudo bem, mas se não, ela receberia críticas. Foi uma das Flips mais democráticas. Mas representa justamente ocupar um lugar que é nosso por direito. O Brasil tem um povo muito diverso e a literatura é uma das formas de arte que traz a identidade de uma população. Então uma literatura que não tenha como representatividade uma fala indígena, negra, imigrante, ela apresenta a identidade brasileira de forma mutilada. Quando a literatura brasileira em geral, por meio de um festival, convida escritores negros, indígenas, imigrantes, ela não está nos concedendo um espaço, mas sim nos reconhecendo em um lugar de direito.

Vanessa Petuco,
estudante do 6.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Moçambique está no meio



BEATRIZ FIRPO/ARQUIVO PESSOAL

Entre o passado colonial e a democracia, e após uma longa guerra civil, o país africano teve resvisada sua constituição em 1990, aprovando um sistema multipartidário

Beatriz Firpo*

Desde meu modesto ponto de vista, Moçambique está no meio. Algumas impressões me fazem pensar assim: primeiro, na África, recebe fortes influências tanto do Oriente quanto do Ocidente; depois, suas cidades parecem estar em um estágio intermediário entre a lógica tribal e a urbana contemporânea; e, por fim, seu regime político hesita entre o recente passado colonial e a democracia. Vou tentar, aqui, explicar de onde surgiram tais impressões.

Moçambique permaneceu colônia de Portugal até “ontem”, mais precisamente até 1975. De lá para cá, o país tem investido em educação devido à lacuna em escala nacional de técnicos e estrutura física de ensino. Neste contexto, muitos estudantes moçambicanos têm sido subsidiados pelo governo local ou via recursos estrangeiros para completar ou aprimorar sua formação em várias universidades fora de Moçambique, entre elas a UFRGS. Após um longo período de interação entre o corpo docente da UFRGS, estudantes moçambicanos e com o auxílio financeiro do CNPq, começou o caminho inverso: nós da UFRGS é que fomos para o país africano.

Depois de 20 horas de viagem cheguei em Maputo. Do alto da vista do avião, o entorno da capital de Moçambique impressiona pelo solo, que é vermelho, seco, bastante exposto e com pouca cobertura vegetal. De perto, é marcante pela arquitetura, que lembra uma Porto Alegre dos anos 1970; pelo português, que a meus ouvidos beirava uma língua estrangeira; por um tom de voz suave e educado de seus moradores; pela influência da Ásia e do Oriente Médio na vestimenta e religião de muitos, entrecruzam-se ali elementos culturais ocidentais e orientais, vivenciados

tanto por nativos moçambicanos quanto por imigrantes. Aliás, foi até estranho me dar conta de que as “nossas” religiões de matriz africana são, na verdade, minoria na África – o islamismo é, obviamente, praticado por uma população muito maior. E o cruzamento África/Ocidente é de tal monta que a capulana, um tecido amplamente utilizado por mulheres como saia e considerado patrimônio cultural daquele país, tem sua origem em trocas comerciais praticadas entre mercadores de Moçambique e do Oriente. Por outro lado, Maputo impressiona também pelo descaso ambiental, percebido no lixo jogado por ruas e córregos.

“Há uma vontade muito grande por parte dos moçambicanos em melhorar o país, ancorando-o à formação de professores e alunos”

Beatriz Firpo

Seguindo a linha dos “cruzamentos”, quero comentar a respeito do que me pareceu uma certa lógica tribal entremeada a uma experiência urbana contemporânea, mas para isso preciso fazer uma pequena introdução. Como não poderia deixar de ser, a população da zona rural usa recursos naturais em seu dia a dia. Neste contexto, por milênios, todo o resíduo produzido pode ser jogado sobre o solo sem muitos problemas, haja visto que as altas tempe-

raturas da região se encarregavam para que sua decomposição acontecesse rapidamente. No entanto, o uso relativamente recente de materiais derivados de petróleo foi inserido nesta dinâmica, fazendo com que seja muito comum encontrar resíduos urbanos acumulados nas ruas, em corpos d’água, e nas estradas. Outro aspecto que me chamou a atenção foi a ausência de gramados e de jardins à semelhança das residências em áreas rurais. Imagino que a razão disso seja fruto da necessidade de se manter insetos ou mesmo animais de grande porte afastados das casas, mas isso é mera especulação de minha parte.

E aqui vou para meu terceiro ponto: Moçambique está a meio caminho entre o passado colonial e a democracia. Após sua independência, que ocorreu com o apoio de Cuba, China e União Soviética, o país foi governado por um regime comunista até o colapso da União Soviética. Se, antes, os postos de comando públicos eram definidos pelo governo português, depois da independência passaram a ser determinados pelo governo local, composto por um único partido. Após uma longa guerra civil, a constituição foi revisada em 1990, sendo aprovado um sistema multipartidário. No entanto, desde então, somente a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) permanece no governo, o que tem mantido o país em estado de guerra civil. Neste contexto, Moçambique parece ter muito a amadurecer, mas, sejamos justos, não há como cobrar práticas democráticas sólidas de um país tão jovem. Na qualidade de alguém que sabe pouco das vicissitudes locais, vou me limitar a torcer para que se pratiquem políticas inclusivas, no amplo sentido da palavra, dentro do cenário local.

Mas não posso deixar de comentar a respeito do motivo que me levou a Moçambi-

que: dar aulas na Universidade Pedagógica do Distrito de Manica - UP. Motivo esse que foi expandido, pois aproveitei para visitar a Universidade Zambeze (UniZambeze) e o Instituto Superior Politécnico de Manica (ISPM), ambos em Chimoió e com forte tradição agrícola, ainda que não restritos à mesma. Com base nas aulas e nas visitas, todas muito gratificantes, posso afirmar que há uma vontade muito grande por parte dos moçambicanos em melhorar o país, ancorando-o à formação de professores e alunos. Não é à toa que temos tantos alunos moçambicanos por aqui. E não se trata apenas de melhorar cursos já existentes, mas de construir estruturas a partir de um ponto bastante inicial.

Para que se tenha uma noção da escala do desafio, a UP-Distrito de Manica foi instalada muito recentemente, em 2008; a UniZambeze, em 2007; e o ISPM, em 2005. De modo geral, moçambicanos mostram-se muito interessados em aprender e em internalizar tecnologias vindas de outras partes do mundo e aqui chama à atenção um detalhe: é necessário realçar o peso e o valor da decisão do CNPq em alocar verbas para projetos como o Pró-África, que subsidiou minha viagem até lá, associado ao papel dos professores da UFRGS na internacionalização desta Universidade. É interessante o quanto o somatório dessas ações não só leva a UFRGS a muitos cantinhos deste planeta, como também traz realidades diferentes às nossas para a formação do corpo docente e discente.

Enfim, Moçambique até pode estar no meio de muita coisa, mas certamente está na ponta do comando de seu destino e isso é muito bom.

*Pós-doutoranda na UFRGS, engenheira agrônoma, PhD



Maternidade x carreira científica

Pesquisa Projeto Parent in Science propõe radiografar o impacto de tornar-se mãe entre docentes-pesquisadoras a fim de desenvolver estratégias de apoio pessoal e profissional

Ânia Chala

Em geral considerada fonte de alegria no âmbito pessoal e familiar, a maternidade é tema sensível na academia. O avanço dos sistemas de avaliação por parte das instituições financiadoras acirrou a competição por status, verbas, laboratórios e bolsas, transformando a universidade em um ambiente desfavorável, e por vezes hostil, às mulheres que decidem ser mães. Isso porque, no Brasil e no mundo, o modo de financiamento de pesquisas instituído prioriza o critério da produtividade. Tal cenário penaliza quem precisa desacelerar os estudos e o trabalho para amamentar e cuidar de um recém-nascido.

A questão, tão abrangente quanto silenciada, levou as professoras Fernanda Staniçuaski e Lívia Kmetzsch Rosa e Silva, biólogas e docentes do Departamento de Biologia Molecular e Biotecnologia do Instituto de Biociências da UFRGS, a criarem o projeto *Parent in Science*. A iniciativa consiste em um questionário que visa traçar um perfil das pesquisadoras que viraram mães recentemente. O levantamento, que ficará disponível até o final do ano, tem foco em docentes do ensino superior público ou privado que realizam pesquisa científica e tenham tido filho(s) a partir julho de 2007. A proposta é, a partir dos

dados obtidos, desenvolver estratégias de apoio pessoal e profissional.

Silenciamento – A inspiração veio da própria experiência das docentes. Para Fernanda, o nascimento do primogênito, em 2013, trouxe grandes mudanças: “Quem quiser ser bem-sucedido na carreira científica não pode trabalhar das 9h às 17h. Não consegui me dedicar como antes e entrei num círculo vicioso: produzir menos, ganhar menos dinheiro, bolsas e financiamentos. As portas não fecham, mas a competição muda para nós, e o sistema se torna mais injusto. Com o nascimento do segundo filho, isso ficou mais complexo. Passei a me sentir frustrada e entrei em depressão. Então, comecei a falar com as pessoas, porque não ouvia nada a respeito desses problemas. Quando colegas tiveram filhos, vi que não era só eu que estava com dificuldades”.

Essa sensação de incapacidade ou incompetência é recorrente, conforme Lívia, membro da equipe de pesquisa. Ela teve a filha em 2015, exatamente um ano e um dia após ter se tornado docente da UFRGS. E isso que, tanto ela quanto Fernanda são casadas com professores universitários que, por não registrarem ponto eletrônico, têm rotinas e horários mais flexíveis e dividem os cuidados com os filhos. Mas isso não se aplica aos casos em que

um dos cônjuges atua na iniciativa privada. “Muitas pesquisadoras não vão a eventos científicos por conta da amamentação”, observa Lívia.

O *Parent in Science* foi concebido a partir da ideia de desenvolvimento de uma linha de financiamento para pesquisa com apoio privado, voltada a docentes que retornam da licença-maternidade. “Não havia qualquer iniciativa nessa área. Logo, não existia nada em que pudéssemos nos fundamentar para encaminhar essa demanda, nem dados”, pontua Lívia, acrescentando que exibir dados é fundamental para uma análise estatística que comprove esse impacto na carreira científica feminina.

Empatia – Fernanda diz que a proposta costuma ser bem recebida em universidades e centros de pesquisa onde é apresentada. Porém, fica chocada com a resistência de algumas mães: “Existe um discurso da supermulher. Me surpreendeu descobrir que mais de metade das entrevistadas [1.020 em 11/2017] assume o cuidado exclusivo do filho”. Dado que, para ela, merece uma análise em termos numéricos.

A docente-pesquisadora Maria Cecília de Chiara Moço, do Departamento de Botânica do Instituto de Biociências da UFRGS, afirma que, no final, as mulheres dão conta de tudo, mas pagando o alto preço do

estresse e da desvalorização. Para ela, a maternidade significou reduzir horas de pesquisa, limitando-se a projetos em laboratório ou gabinete: “A política para manter-se credenciado na pós é muito exigente. Tive que me descredenciar, pois não teria condições de manter a produtividade requerida. Isso prejudicou meus projetos profissionais. O acúmulo de trabalho, às vezes, exige que se façam atividades em casa à noite ou nos finais de semana. É uma eterna sensação de não dar conta das tarefas domésticas nem do trabalho”.

Institucionalmente, Maria Cecília acredita que a Universidade deveria pensar num auxílio pré-escola mais justo e que as planilhas de progressão deveriam reduzir a pontuação por um período de dois anos, já que os primeiros anos de uma criança são os mais difíceis. “Não existe empatia dos pesquisadores homens para com as colegas mães. A licença-maternidade é encarada como férias. A competição, a meritocracia e o machismo dominam. Quando uma mulher entra na pós-graduação, existe uma expectativa velada para que não engravidar”, critica.

E os pais? – A adoção do termo em inglês *parent* [que designa mães e pais] revela que a iniciativa não se limita às mulheres. Prova disso é o engajamento do professor da UFSM

Felipe Ricachenevsky. Ele conta que o nascimento da filha impactou sua carreira. “Costumava estar sempre no laboratório, mas hoje evito levar trabalho para casa. Tento separar o tempo com a família do lado profissional. Para o pai, é diferente: se ‘falha’ profissionalmente em algum ponto por estar com a filha – como faltar a um compromisso –, todos entendem, ‘ele é paizão’. Se não fica com a filha com febre porque tem reunião, é responsável: ‘fazer o quê?’. Parece que o pai nunca erra, todos esperam que haja uma segunda rede de proteção, a mãe, caso ele precise cuidar da carreira”, relativiza.

Segundo Felipe, as discussões que o projeto suscitou em diferentes locais têm repercutido bem. “Foi muito legal ver o Instituto Serrapilheira [órgão privado do grupo Moreira Salles], que em seu primeiro edital contemplou projetos de jovens pesquisadores, adicionar um tempo a mais para quem teve filhos”.

Nesse sentido, a equipe de pesquisadores espera que os dados apurados possam ajudar no futuro. Enquanto isso, consideram que algumas medidas poderiam aliviar a pressão sobre as mulheres – professoras, estudantes e técnicas administrativas –, em especial aquelas que amamentam. Fernanda e Lívia sugerem a criação de uma sala acolhedora por câmpus, para que os bebês possam ser amamentados.



Mãe de Samuel e Bruno, Fernanda Staniçuaski é bióloga e professora no Instituto de Biociências da UFRGS



A atualidade de Gramsci

Marxismo *Extenso Dicionário sobre a obra de pensador marxista é resultado de mais de dez anos de estudo de pesquisadores italianos*

Jacira Cabral da Silveira

As primeiras obras do pensador marxista Antonio Gramsci (1891-1937) chegam ao Brasil na década de 1960 por meio da tradução do filósofo e cientista político Carlos Nelson Coutinho. Entretanto, somente 20 anos depois houve uma guinada na obra do autor italiano no país. Segundo especialistas, isso tem a ver com o avanço das discussões em torno do processo de abertura política e do surgimento dos movimentos sociais na sociedade brasileira. Conceitos como sociedade civil e hegemonia passaram a ser centrais para a explicação da nova realidade nacional em estudos nas áreas de Sociologia, Antropologia, Serviço Social e Educação.

No início deste ano, a editora Boitempo lançou o Dicionário gramsciano, uma publicação com mais 600 verbetes ao longo de quase mil páginas. A obra é o resultado de mais de dez anos de estudos e tem como organizadores

Guido Liguori, presidente da International Gramsci Society of Italy, e Pasquale Voza, presidente honorário do Centro Interuniversitário de Pesquisa para Estudos Gramscianos. A primeira edição italiana foi publicada no início dos anos 2000, antecedida de uma série de movimentos de retomada dos estudos gramscianos. Eram uma tentativa de restabelecer uma história interna do texto e reconstruir o ritmo do processo de produção conceitual do pensador marxista, conforme explica Alvaro Bianchi no prefácio do Dicionário.

Para a historiadora e professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense Virginia Fontes, o Dicionário gramsciano é primoroso porque traz um levantamento filológico cuidadoso para o uso das categorias de Gramsci em seus diferentes textos ao longo de sua produção intelectual. “Fizeram isso de maneira bastante concisa para cada verbete, o que facilita a

compreensão do quanto eles foram se modificando”, justifica. Virgínia, que também é professora da Escola Nacional Florestan Fernandes, centro de educação e formação idealizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, acrescenta como outro facilitador de consulta da publicação o grande leque de entradas: autores, países, regiões, temas, personagens e questões tratadas na obra de Gramsci.

Virgínia já orientou mais de 30 trabalhos de mestrado e doutorado, em sua maioria tendo Gramsci como uma das referências básicas na análise das questões tematizadas. São autores como ele, na avaliação da professora, que merecem ser revisitados a cada nova geração de pesquisadores. Especialmente se levado em conta o contexto político atual no país: ela considera que Gramsci é um dos autores fundamentais

dentro de uma linhagem marxista para pensar as formas das lutas sociais no Brasil contemporâneo e o papel do Estado. “A enormidade de citações e referências ajuda a situar o leitor”, acrescenta. De forma aleatória, abre o dicionário e cita alguns verbetes: revolução passiva, Rotary Club, Sacro Império Romano, sindicalismo teórico. “É uma variedade de entradas”, reforça. Ministério da Cultura e do Neccult.



THEIRY EHRMANN/REPRODUÇÃO



Dicionário gramsciano 1926 - 1937

Guido Liguori e Pasquale Voza (orgs.) | São Paulo: Boitempo, 2017
832 páginas | R\$ 125 (brochura) | R\$ 167 (capa dura)

A DITADURA ACONTECEU AQUI A DITADURA ACONTECEU AQUI A DITADURA ACONTECEU AQUI

A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro

Carolina Dellamore, Gabriel Amato e Natália Batista (orgs.)
São Paulo: Letra e Voz, 2017
280 páginas | R\$ 38 (preço médio)

Narrativas da escuridão

Estudar o passado a partir de narrativas orais é lidar com um mundo fragmentado. Por isso, não são poucas as dúvidas dos pesquisadores que realizam projetos utilizando-se da metodologia da História Oral. Seja porque os trabalhos que envolvem a memória por vezes trilham caminhos inesperados seja pela dinâmica própria às narrativas orais – fluidas, entrecortadas, imprecisas e sujeitas a esquecimentos, silêncios e apagamentos – essa opção requer um esforço dobrado no trato com as fontes orais, bem como na interpretação de seus relatos, cujo sentido precisa ser considerado também em função de seu contexto de produção. É o caso das lembranças relativas ao período da ditadura civil-militar brasileira. A coletânea recém-lançada pela editora Letra e Voz, *A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro*, apresenta textos que têm em comum o esforço de construção historiográfica a partir das memórias sobre o regime de exceção. Assim, o livro reúne artigos que vão desde a resistência cultural à ditadura pelos integrantes do Grupo Opinião (teatro de protesto e resistência),

passando pelas vozes transamazônicas dos anos Médici até os relatos a respeito das ações cívico-sociais desenvolvidas pela repressão à guerrilha na Serra do Caparaó (MG). O artigo de Natália Batista apresenta trechos de entrevistas com Ferreira Gullar e João das Neves, remanescentes do grupo Opinião, coletivo que foi um polo de aglutinação das esquerdas na capital carioca entre 1964 e 1982. Tendo essas narrativas como eixo condutor, ela parte de uma contextualização histórica que destaca a polifonia característica do ambiente cultural do país naquele período, procurando mostrar que mesmo em grupos que partilhavam dos mesmos pressupostos, havia vozes dissonantes. Enquanto Gullar declara que “o socialismo é uma coisa generosa e equivocada”, para Neves, dizer que “a esquerda morreu é conversa de neoliberalismo”. É na escuta sensível das lembranças desses intelectuais-artistas que se torna possível perceber, como conclui a autora, que a memória possui lastros na discussão histórica, mas não está submetida à noção de verdade histórica tradicional. (Ânia Chala)



Inhacurutum e os Guaranis no Território Missões

Sergio Venturini | Porto Alegre: Edigal, 2016
200 páginas | R\$ 30 (preço médio)

Nossa história

O historiador Sergio Venturini retoma a história da formação do Rio Grande do Sul a partir das missões jesuíticas com ricos detalhes sobre o encontro cultural entre índios guaranis e padres espanhóis. Para Sergio, o estado nasce quando o padre Roque González levanta uma cruz para rezar a primeira missa à margem esquerda do rio Uruguai com a ajuda dos guaranis da região. Com uma linguagem acessível, a narrativa apresenta o percurso completo das missões jesuíticas, desde as primeiras reduções da Companhia de Jesus até sua derrocada com o Tratado de Madri, assinado entre Portugal e Espanha, decretando a saída dos índios dos Sete Povos das Missões Orientais do Rio Uruguai. O autor refuta a ideia de que os jesuítas chegaram à região para escravizar os indígenas. Segundo ele, a entrada dos padres espanhóis no território Nheçu foi negociada com os guaranis, ambas as partes assumindo um compromisso. A nação indígena aceitou viver com os jesuítas sob sua orientação para se proteger dos inimigos de outras

etnias indígenas, dos encomenderos espanhóis e dos bandeirantes paulistas, que buscavam mão de obra escrava. A possibilidade de terem mais alimentos, através das noções agrícolas trazidas pelos padres espanhóis, também foi um dos motivos que levaram os guaranis a viverem voluntariamente nas reduções. Mais tarde, a produção agrícola nas missões se tornou abundante com a criação de gado e do cultivo da erva-mate. As reduções passaram a ser conhecidas como missões quando os índios aceitaram o cristianismo pregado pelos padres e começaram a viver como fiéis católicos. Cerca de 100 mil guaranis viveram nas Missões Jesuítas durante 150 anos. A descrição dos acontecimentos pujantes como a batalha de Mbororé e a Guerra Guaranítica vai desenhando o remoto cenário no interior do estado e a detalhada descrição da administração nas missões e o desenvolvimento de sua cultura peculiar vai costurando a “trama” que constituiu o povo gaúcho como é hoje. (Cássia de Oliveira)



Estrela enviesada

Hermes Mancilha Prova específica do DAD traz obra inédita de dramaturgo gaúcho

Samantha Klein

Faz 21 anos que morreu Hermes Mancilha, um dos mais criativos diretores de teatro do estado. Como se brincadeira do destino fosse, parece que ninguém lembrou dele no ano passado, o que seria justamente uma efeméride para os jornalistas, ou seja, uma data cheia para relembrar um fato ou uma pessoa ilustre. Na verdade, não é bem assim. O diretor teatral e iluminador Fernando Ochoa e a diretora Shirley Rosário tentaram obter recursos em um edital do Ministério da Cultura para montar *Como a moça foi sacrificada por sua família e como seu amado a trouxe lá de baixo*, mas não foram contemplados.

Quase como um *mea culpa*, o Departamento de Artes Dramáticas (DAD) da UFRGS elaborou a prova específica para ingresso no curso, aplicada no final do mês passado, inspirada no ex-aluno, indicando como obrigatório o texto citado acima. “Os amigos mais próximos como eu, o Fernando e a Gisele temos interesse em trabalhar as peças inéditas dele, mas não conseguimos. Já tentamos obter recursos em editais nacionais e mesmo através do Fumproarte (de Porto Alegre). Por dois anos seguidos não conseguimos financiamento. Acredito que com essa divulgação de sua obra na prova específica, a procura por seus textos vai aumentar”, diz Shirley, fiel depositária do acervo do ator.

Personagem e um dos criadores do maior sucesso do teatro gaúcho, a peça *Bailei na curva* (1980), foi durante um dos encontros do grupo Do Jeito que Dá que surgiu esse título. “O nome pode ser Bailei na Curva, uiiuii, bem feito!”, exclamou Hermes na época. Os integrantes do corpo de atores e diretores em formação acharam a ideia genial, mas o ‘uiuiui’ tinha que sair, recorda o dramaturgo e diretor Júlio Conte. Assim surgiu o nome do espetáculo que resgata a trajetória de sete crianças que viviam na mesma rua em Porto Alegre em 1964, mostrando o Brasil que se formou a partir do Golpe Militar.

Na peça, que entrou em cartaz a partir da montagem de um grupo paulista, cada um dos integrantes contava um pouco de sua história, assim como já havia ocorrido em *Não pensa muito que dói*, uma síntese do que os participantes da peça lembravam após deflagrada

a ditadura civil militar no Brasil. “Um espetáculo surgiu de dentro de outro. Tudo começa com o *Não pensa muito que dói* porque trouxemos o que lembrávamos de 1964, quando iniciamos o curso de graduação; o que era mentira e o que era verdade, havia o debate sobre se era golpe ou revolução, quase o que está acontecendo hoje”, destaca Conte.

Incomum – “Ele era o nosso Antunes, o nosso Zé Celso, tamanha sua inventividade”, destaca o diretor teatral Fernando Ochoa, que diz ter aprendido com Hermes muito do que sabe de iluminação de palco. “Ele foi um mestre em atuação e iluminação para muitas gerações dentro do DAD”.

Shirley Rosário, diretora teatral e também ex-aluna, ingressou no curso de direção teatral em 1983, quando Hermes já era um veterano. Amiga até o final da vida do colega, lembra dele como um homem que desafiava o grupo a superar seus limites. “Era uma pessoa muito expansiva, instigante. Ele nos questionava e nos impulsionava para pormos os ‘bichos para fora’, como dizia. Fez isso com várias gerações de atores. Ele era ácido nos comentários, desestabilizava as pessoas para conseguir a soltura do candidato a ator”.

Para definir Hermes Mancilha, Júlio Conte, que no final de 2002 foi diretor da Casa de Cultura Mário Quintana e nomeou uma sala em homenagem ao colega, pensa em dualidades. “O Hermes era um artista genial e genioso. Ao mesmo tempo em que era um anjo e um demônio. Isso se expressava nos processos criativos dele, que eram extremamente sagazes e amorosos. Muito criativo, iconoclasta, pensava do jeito dele e deixava isso claro aos colegas”.

Shirley lembra que, em 1990, dirigiu o espetáculo *A carta perdida* tendo-o como assistente de direção. Ele iria atuar, mas foi atropelado no verão e ficou meses sem mobilidade plena. Nesse sentido, Júlio Conte considera que a radicalidade de Hermes era positiva e negativa ao mesmo tempo. “Ele levava tudo na ponta da faca. Quando feriu a perna, ficou seis meses parado, não quis se mover. Essa radicalidade resultou em problemas permanentes para caminhar”.

Origens – Hermes Mancilha era negro, filho de operários e, por

isso, tinha uma visão diferente a respeito das questões sociais. Também era gay. Mesmo no ambiente artístico, sofreu com obstáculos que em uma condição social diferente não ocorreriam. “Acho que o fato de ser negro e gay fez com que ele enfrentasse alguns percalços, mas nunca desistiu”, relata Fernando, que, além de colega, era amigo próximo de Hermes.

Como um criador, Hermes também teve seus mestres. É o caso do escritor e professor Ivo Bender. Fernando recorda de um episódio de sala de aula enquanto Hermes fazia uma disciplina de dramaturgia com o Ivo Bender. “Ele estava se sentindo sem ideias sobre o que escrever e o mestre questionou quem ele era. Depois de pensar um pouco, respondeu: ‘sou um homem negro’. O professor disse que ele tinha toda uma história, um resgate cultural e mitológico a ser feito e ali o Hermes teve um estalo de pesquisa sobre a africanidade”, recorda.

Exemplo disso é o texto *Como a moça foi sacrificada pela sua família e como seu amado a trouxe lá de baixo*, mito de Perséfone transfigurado em deuses de uma tribo africana, obrigatório na prova da UFRGS deste ano. “Ele gostava da mitologia grega, mas percebeu que havia todo um espaço de descoberta para a história africana”, diz Fernando. Estudioso da etnia negra, o homem com nome de deus grego (meio-irmão de Perséfone) também utilizou a temática na peça *Aprendizes do Império* – espetáculo que escreveu e encenou em 1989 – e em outro texto inédito – *Liberdade de uma raça*.

Hermes abandonou a temporada de *Bailei na Curva* meses antes da morte porque teria tido um chamado espiritual de sua religião, o candomblé. No entanto, seguiu, até os últimos dias, fazendo a iluminação de *Tangos e tragédias*, e Nico Nicolaiewsky chegou a escrever uma música para ele. “Foi muito rápido, ele teve uma pneumonia e em questão de dois dias morreu no hospital”, lembra Fernando. Mancilha era portador do vírus HIV; os amigos não sabiam. Ele não quis fazer o tratamento: “Não queria ficar definhando até parecer uma uva-passa, porque os tratamentos eram muito agressivos na época”. Hermes morreu em agosto de 1996.



No topo, Hermes Mancilha (de pé, à esquerda) e o elenco da peça *Jato de sangue* (1989); nas duas imagens seguintes, o ator na peça *Bailei na curva* (1983); na foto mais abaixo, os atores da peça *Do outro lado da cerca* (1988)

DESTAQUE

Profundezas da arte

Exposição Mostra coletiva de artistas-pesquisadores da UFRGS reflete sobre a condição e o lugar de subsolo como metáfora para distintos processos de criação

No porão do Paço Municipal de Porto Alegre foi inaugurada a mostra *Notas de subsolo*, que reúne obras de 17 artistas-pesquisadores ligados ao curso de Doutorado Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da UFRGS (PPGAV). O local da exposição não foi escolhido por acaso. Em diferentes trabalhos, entre práticas convencionais e linguagens mais atuais, como desenho, pintura, performance, fotografia, instalação e videoarte, a temática da mostra é apresentada como questões elaboradas no subsolo do saber, da existência, do conhecimento e demais profundezas do inconsciente. A organização da proposta foi uma iniciativa conjunta entre o PPGAV e a Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre.

“Recebemos um convite de Adriana Boff, da Coordenação de Artes Plásticas da Secretaria de Cultura, em uma tentativa de reavivar a cultura de Porto Alegre e diminuir a distância que há entre artistas que atuam nas universidades e artistas fora dela, pois são artistas da mesma forma,” explica Luciane Bucksdricker, uma das organizadoras da exposição. “Além de apresentarmos as pesquisas em Poéticas Visuais e em Teoria e Crítica, a mostra terá uma continuidade em março com a criação de um evento de debates e a organização

de um catálogo, aproximando a comunidade da academia,” acrescenta Luciane.

O nome da mostra coincide com o título do famoso romance de Fiódor Dostoiévski, no qual o subsolo aparece como sendo o subconsciente humano. Sobre isso, Luciane explica não ser mera coincidência: “Além de jogarmos com a ideia do narrador e do inconsciente do romance, também é uma brincadeira com o próprio espaço físico onde a mostra está acontecendo e o fato dos trabalhos, por serem criações oriundas de um processo de pesquisa, serem as próprias notas (no sentido de notas de rodapé) de nossas pesquisas”.

De longa duração, *Notas de subsolo* encerrará suas atividades com um seminário aberto ao público em março de 2018, quando serão apresentadas as pesquisas relacionadas aos trabalhos expostos na mostra e aos doutorandos com ênfase no campo da história, teoria e crítica da arte. Integram a mostra os artistas Alice Porto, Andressa Cantergiani, Bethielle Kupstaitis, Carla Borba, Carlos Donaduzzi, Daiana Schröpel, Elias Maroso, Emanuel Monteiro, Glaucis de Moraes, Lilian Hack, Luciane Bucksdricker, Newton Goto, Ricardo Ayres, Rodrigo Núnêz, Sandro Ka, Tula Anagnostopoulos e Viviane Gueller.



Obra de arte de Rodrigo Núnêz no porão do Paço Municipal

EXPOSIÇÃO

CARTAS AOS NARRADORES URBANOS: ETNOGRAFIA DE RUA NA PORTO ALEGRE DAS INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS

Grafismo e intervenções artísticas no espaço urbano de Porto Alegre expostas e debatidas em imagens e vídeos. Visitação: até 19 de janeiro, de segunda a sexta, das 08h às 18h Local: Saguão da Reitoria da UFRGS

PAISAGEM DA MEMÓRIA: CIDADE E CORPOS EM MOVIMENTO

Mostra apresenta o esporte como um fenômeno cultural de grande abrangência e ampla visibilidade. Visitação: até 29 de março de 2018, de segunda a sexta, das 9h às 20h e, aos sábados, das 9h às 13h Local: Museu da UFRGS



GRÉCIA ANTIGA - DEUSES E HERÓIS

Apresentando mitos e lendas da Grécia Antiga, a exposição conta com a chancela da Embaixada da Grécia no Brasil. Visitação: até 14 de janeiro, todos os dias, das 10h às 22h Local: Centro de Eventos da FAURGS

MÚSICA

Trabalhos desenvolvidos no Departamento de Música do Instituto de Artes (entrada franca)

RECITAIS

PAOLA MÜLLER (PIANO) Apresentação: 8 de dezembro, às 19h Local: Auditorium Tasso Correa

JULIA VARINI (VIOLINO) Apresentação: 9 de dezembro, às 16h Local: Auditorium Tasso Correa

MARINA REITZ (CANTO) Apresentação: 9 de dezembro, às 17h Local: Auditorium Tasso Correa

EZEQUIEL MORAES DE PAULA (CONTRABAIXO) Apresentação: 10 de dezembro, às 11h Local: Auditorium Tasso Correa

CORAIS DA EXTENSÃO EM MÚSICA DO IA/ UFRGS

Apresentação: 12 de dezembro, às 19h Local: Auditorium Tasso Correa

THAÍS NASCIMENTO (VIOLÃO)

Apresentação: 13 de dezembro, às 20h30 Local: Auditorium Tasso Correa

DÊIZI CARINI DIAS NASCIMENTO (CANTO)

Apresentação: 14 de dezembro, às 20h30 Local: Auditorium Tasso Correa

TIAGO MARQUES (VIOLÃO)

Apresentação: 15 de dezembro, às 20h30 Local: Auditorium Tasso Correa

LEONARDO VITORINO (FLAUTA DOCE)

Apresentação: 16 de dezembro, às 17h30 Local: Auditorium Tasso Correa

WENDELL DA ROSA (CONTRABAIXO)

Apresentação: 17 de dezembro, às 11h Local: Auditorium Tasso Correa

LEANDRO MELGAREJO (VIOLONCELO)

Apresentação: 19 de dezembro, às 19h Local: Auditorium Tasso Correa

RECITAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ÓRGÃO

Apresentação: 20 de dezembro, às 20h30 Local: Auditorium Tasso Correa

RECITAL DO CEIM – CURSO DE EXTENSÃO EM INSTRUMENTOS MUSICAIS

Apresentação: 21 de dezembro, às 20h30 Local: Auditorium Tasso Correa

MARCOS VICTORA WAGNER (VIOLÃO)

Apresentação: 22 de dezembro, às 17h30 Local: Auditorium Tasso Correa

SARAUS

ALUNOS DE MÚSICA

Apresentações: 4 de dezembro, às 17h30; 11 de dezembro, às 12h30; 14 de dezembro, às 12h30; 18 de dezembro, às 17h30 Local: Auditorium Tasso Correa Entrada franca

TEATRO



Korvatunturi

A história de um povoado que vive ao pé de uma árvore mágica e mantém valores como respeito, paz, amor e honestidade. Ao levar

um humano para seu mundo encantado, os “korvatunturis” estão prestes a mudar a Terra para sempre com uma revelação surpreendente. Apresentação: 12 de dezembro, às 20h Local: Salão de Atos da UFRGS Classificação etária: livre Ingressos: gratuito, retirados em troca de um brinquedo novo ou usado, em bom estado

Mostra de Teatro do DAD 2017

Evento anual com apresentações dos trabalhos finais de graduação dos alunos do Departamento de Arte Dramática do IA/UFRGS.



2 FUDID* S

Com base na obra Dois Perdidos numa Noite Suja, de Plínio Marcos, a produção questiona e investiga a construção da identidade e seus anseios de afirmação a partir do outro. Apresentações: 1, 2 e 3 de dezembro, às 20h Local: Sala Alziro Azevedo Classificação: 16 anos



BUNKER

Espectáculo que aborda questões sobre a solidão, o isolamento e a desesperança através da contação de histórias. Apresentações: 1, 2 e 3 de dezembro, às 20h Local: Sala Qorpo Santo ou Estúdio 3 do DAD-IA/ UFRGS Classificação: livre



SEBASTIAN

Espectáculo de dança-teatro que traz experiências vinculadas aos temas do martírio e do sacrifício, do erotismo, do inconsciente, do sagrado, e de questões sobre a devastação da identidade e dos valores existenciais dos sujeitos. Apresentações: 8, 9 e 10 de dezembro, às 20h Local: Estúdio 3 do DAD-IA/ UFRGS Classificação: 16 anos

CADERNO DE INSPIRAÇÕES

Duas pessoas se questionam sobre a vida e as muitas crises que permeiam a existência de cada um. Apresentações: 15, 16 e 17 de dezembro, às 20h Local: Sala Alziro Azevedo Classificação: 10 anos

DANÇA

Entretons

Novo espetáculo do Ballet da UFRGS. Direção Geral da professora Lisete Arnizaut de Vargas e direção artística da acadêmica Paula Amazonas. Única apresentação: 15 de dezembro, às 20h30 Local: Salão de Atos da UFRGS Classificação etária: livre Espetáculo gratuito com retirada de ingresso na hora mediante doação de materiais de higiene pessoal para o Instituto do Câncer

ESPECIAL

DESFILE DO GUARDA-ROUPAS DO DAD/IA/ UFRGS: SAIO DO ARMÁRIO E DESFILE NO VIADUTO

Evento que encerra a Mostra de Teatro do DAD, em que alunos apresentam peças que compõem os figurinos das disciplinas práticas. O mote do desfile de 2017 é a liberdade de identidades de gênero, manifestando a resistência a toda e qualquer forma de restringir as práticas e os pensamentos livres, seja dos cidadãos, seja das instituições.

Data: 19 de dezembro, às 17h Local: imediações do prédio do Departamento de Arte Dramática do IA/UFRGS, em especial sobre o viaduto José Loureiro da Silva

Local e horário: Sala II do Salão de Atos, 14h Entrada franca

ONDE?

Auditorium Tasso Corrêa

Senhor dos Passos, 248 Fone: 3308-4320

Centro de Eventos FAURGS | UFRGS

Rua São Pedro, 663 – Gramado-RS Fone: (54) 3286.4179

Museu da UFRGS

Oswaldo Aranha, 277 Fone: 3308-3390

Salão de Atos

Paulo Gama, 110 Fone: 3308-3058

Sala II do Salão de Atos

Paulo Gama, 110 Fone: 3308-3058

Sala Alziro Azevedo

Senador Salgado Filho, 312 Fone: 3308-4374

Sala Qorpo Santo

Luiz Englert, s/n.º Fone: 3308-3080

Meu Lugar na UFRGS

Sinais de inovação



GIULIANA HEBERLE/JU

Os alunos que estudam no prédio de salas de aula do Instituto de Letras estão acostumados à sua sobriedade. É, de fato, um prédio funcional, que se limita às salas de aula, sem ostentar obras de arte ou elementos arquitetônicos que o destaque dentre os demais do Câmpus do Vale. Entretanto, algumas selfies de alunos, feitas no interior do edifício, vêm chamando a atenção de quem o frequenta. Equipamentos modernos, monitores, câmeras, painéis de controle e uma grande mesa têm despertado a curiosidade nas redes sociais. “As pessoas realmente não acreditam que as fotos são de dentro do velho prédio de aulas”, diz o responsável pelo espaço, professor Tiago Coimbra Nogueira.

O que antes era apenas um depósito de livros atualmente é o Laboratório de Prática e Ensino de Libras, usado pelos graduandos do novo Bacharelado em Letras - Tradutor e Intérprete de Libras. É completamente diferente de tudo o que normalmente se vê: são 14 cabines dispostas ao longo da sala. Nelas, os alunos podem fechar as portas e, através de um monitor com câmeras embutidas e fone de ouvidos com microfone, praticar os gestos característicos da língua de sinais, comunicar-se entre si e receber instruções do professor, que visualiza tudo o que acontece do lado de fora por meio do próprio computador.

“Como estamos falando de uma língua de modalidade visual, precisamos pensar em um novo formato de laboratório, pois não teremos um arquivo de texto como resultado final, mas sim a própria imagem do tradutor, e é por isso que o espaço possui essa disposição única”, frisa Tiago. O Laboratório é o espaço preferido dele na Universidade.

Segundo o professor, quem já teve a oportunidade de frequentar uma aula de Libras sabe que a expressividade corporal é parte integrante do aprendizado. Ele diz que o uso dos sinais para expressar ideias exige uma articulação visual-espacial, estimulando

o movimento, o que gera situações engraçadas, dado o fato de os alunos não estarem acostumados com alguns elementos do laboratório, como as cadeiras de rodinhas para os mais irrequietos. Mas Tiago faz questão de frisar o cuidado com que os alunos usam o novo espaço, que é uma conquista de todos. “Como o curso é muito novo, estes primeiros alunos sentem-se como parte do processo de consolidação, então o zelo com o espaço e a seriedade na execução das atividades são muito grandes e merecem destaque”, ressalta.

Com a primeira turma do curso entrando no quarto semestre e iniciando disciplinas práticas, o laboratório, inaugurado há seis meses, tornou-se fundamental na rotina de estudos, pois o bacharelado em Letras - Tradutor e Intérprete de Libras da UFRGS é o curso no Brasil com maior carga horária de ensino de Libras (780 horas) e no momento há somente mais dois laboratórios semelhantes no país, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde Tiago trabalhava como tradutor e intérprete antes de prestar concurso e tornar-se professor da UFRGS.

O fato de o laboratório ser o mais novo do Brasil em uma modalidade de ensino ainda incipiente gera grande expectativa em torno de sua contribuição, mas o próprio Tiago explica sua importância na formação de novos bacharéis e reforça o seu lugar não só em seu cotidiano profissional, mas também para a UFRGS como um espaço de transformação cidadã. “Há uma demanda diversificada e o laboratório consegue, através de seus recursos multimídia, trazer a pluralidade de campos de atuação para os alunos.”

Flávio Bonfiglio,
estudante do 8.º semestre de
Jornalismo da UFRGS

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

O despertar de um músico

Quem assistisse ao ágil jovem ao piano de cauda não acreditaria que ele, anos atrás, havia desistido da música na sua primeira aula ao se deparar com a matemática musical e não entender absolutamente nada. O silêncio é quebrado durante a prova específica para o ingresso no curso de Licenciatura em Música com ênfase em piano, realizada no Auditorium Tasso Corrêa do Instituto de Artes da UFRGS. E então, espalha-se belamente pelo ar o primeiro movimento da sonata de Mozart K. 545, fazendo as professoras Catarina e Helena, que formavam a banca avaliadora, mexerem-se nas cadeiras estupefatas com o que ouviam.

Quando tinha oito anos, Alexandre Filho, teve seu contato inicial com a música em uma pequena escola de uma igreja evangélica. Incentivado pela irmã, que iria começar a ter aulas, ele compareceu apenas no primeiro dia. No ano seguinte, ingressou na Escola de Música da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Guaíba (IEADG). Essa segunda tentativa foi mais promissora: cursou os três anos do nível básico. Logo após, passou para o nível médio com o professor André Januário, que preparou os alunos para uma possível carreira profissional. Com o curso terminado, ele foi apresentado ao Conservatório Pablo Komlós, Escola de Música da OSPA (Orquestra Sinfônica de Porto Alegre). Naquele momento, a ideia de considerar a música como profissão começou a se delinear. Aprovado na OSPA em 2012 para tocar trompa na Orquestra Jovem, ele sentiu como se já tocasse profissionalmente:

“É uma sala de concerto com cadeiras adequadas e tem uns caras que cuidam das tuas partituras. Até o som do instrumento parece ser outro”, relembra. Aos 16 anos, na mesma escola em que havia aprendido as primeiras notas, começou a ministrar aulas de teoria musical, piano e teclado, e a reger a Orquestra Sinfônica da IEADG, atividades que desempenha até hoje.

No ano em que Alexandre estava terminando o ensino médio, ele soube pelos colegas que as inscrições para a prova específica do curso de Música da UFRGS estavam abertas. Com antecedência de apenas um mês da data do exame, o estudante decidiu tentar, escolhendo a ênfase em piano, apesar de nunca ter recebido aulas do instrumento. “Eu não conhecia a prova, fui olhar o edital e me assustei. Tem gente que estuda as peças durante um ano ou até mais. Estudei em três semanas. Foi bem puxado: quando eu achava que não era suficiente, ficava oito horas por dia em cima do teclado”, lembra. Na prova específica, ele precisaria interpretar duas peças: um chorinho e uma escala que os avaliadores determinariam.

Chegado o dia da avaliação, na viagem de ônibus de uma hora entre Guaíba (onde mora) e Porto Alegre, o estudante orou, buscando inspiração para escolher a escala a estudar para o dia da seleção. Já com outros pensamentos em mente, Alexandre escolheu a escala de Mi maior e relembrou-a durante o restante da viagem. E foi justamente essa a escala solicitada pelas avaliadoras. O jovem tocou o primeiro

movimento da sonata de Mozart K. 545, uma invenção a três vozes de Bach e um chorinho de Paulo Guedes nas pesadas teclas do gigante piano do IA, bem diferente do tecladinho Yamaha simples de cinco oitavas, no qual tinha estudado em casa. No final, foi aprovado com louvor. Porém, ainda tinha o vestibular. Antes, Alexandre decidira prestar as provas só como experiência, mas, após o sucesso na prova mais temida pelos vestibulandos de Música, agora faria para valer. Vindo de escola pública, passou de primeira, conquistando a vaga na UFRGS. Hoje, com 19 anos e no quarto semestre do curso, considera que seu fascínio pela música não foi repentino: “O meu interesse veio aos poucos; não tive aquele momento de ir num concerto e pensar: Eu quero isso pra minha vida!”.

Mas o fato é que hoje a música perpassa toda a vida de Alexandre. “Escolhi como profissão e também faz parte da minha caminhada espiritual porque eu comecei na igreja. É como se fosse uma terapia; trouxe mais calma, melhorou minha concentração e minha maneira de pensar e ver o mundo”. Com livros sobre regência e interpretação musical dentro da mochila, Xandinho, como é chamado pelos amigos (que prefere que o apelido carinhoso não seja usado durante os ensaios da Orquestra que rege, para manter a seriedade exigida pela prática musical), continua sua trajetória de aprendizagem na música.

Cássia de Oliveira,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



GIULIANA HEBERLE/JU

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



Cimo da Serra

TEXTO E IMAGENS **MARCO ANTONIO FILHO**

Tainhas é um vilarejo pertencente ao município de São Francisco de Paula, localizando-se no meio do caminho para Cambará do Sul. É resultado do processo de ocupação da região, que se funda como área de trânsito de tropeiros que vinham ao estado em busca de mulas para serem usadas no Sudeste. O vilarejo servia então como ponto de parada para os viajantes que cruzavam os campos do Planalto.

É de Tainhas que minha família paterna se origina.

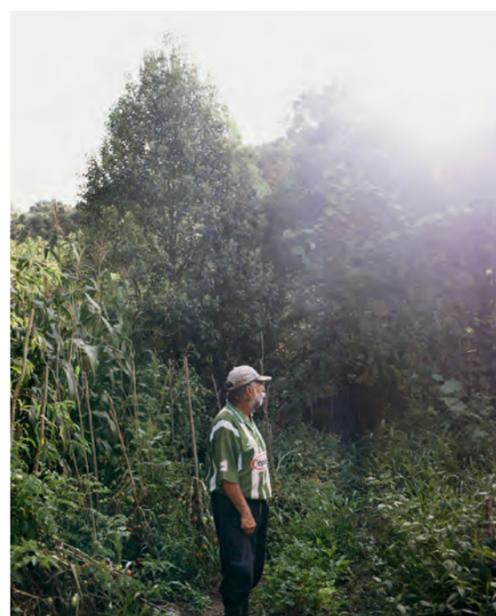
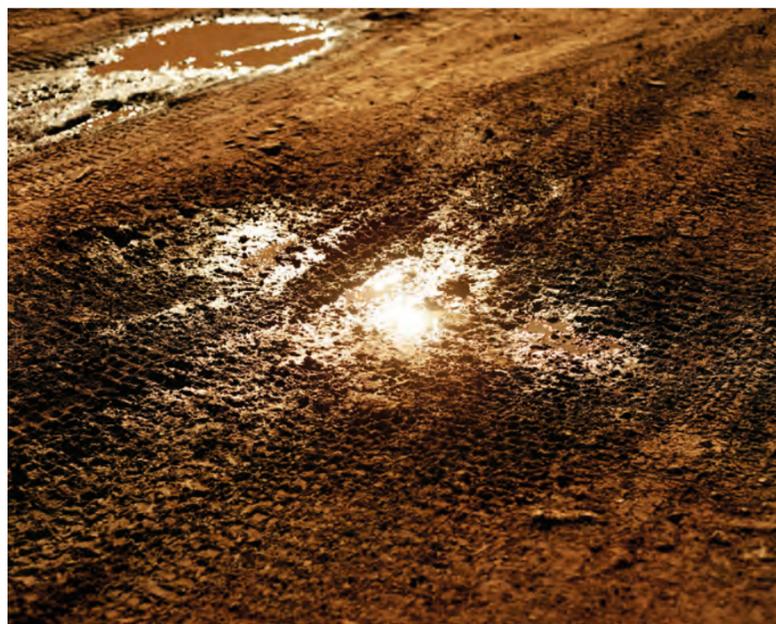
Desde o período em que se iniciam minhas lembranças, tenho na memória meu pai contando de tempos áureos em que o vilarejo vivia repleto de viajantes, deixando a pequena comunidade em certo estado de euforia. Suas histórias tornaram Tainhas um lugar mítico em minha memória afetiva.

Acontece que, na década de 1990, a estrada que ligava as duas cidades foi asfaltada. Por motivos que não parecem claros, o novo desenho da rota acaba por fazer um desvio de oitocentos metros na altura de Tainhas. O vilarejo permaneceu, assim, à margem do progresso que a nova estrada anunciava – como um monumento esquecido não somente no espaço, mas também no tempo.

O desvio talvez tenha feito com que Tainhas voltasse a ter um tempo primitivo, ditado pela relação entre o trabalho na terra e as estações do ano. Já a estrada asfaltada continua seguindo o tempo evolutivo, como na rota de um progresso inalcançável.

Tainhas surge então como uma contraimagem da nova estrada: onde em uma tudo é movimento, na outra é parada; onde em uma há retidão, estabilidade, na outra há a instabilidade de uma passagem construída pelos cascos dos cavalos e bois que abriram a estrada entre as coxilhas dos Campos de Cima da Serra.

MARCO ANTONIO FILHO JORNALISTA PELA UNISINOS E FOTÓGRAFO. AS IMAGENS DESTA PÁGINA SÃO PARTE DO TRABALHO DESENVOLVIDO NO PPG EM ARTES VISUAIS, NO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS



Laudirege (à esquerda) e seus colegas da Uneal (em sentido horário) Wellyngton, Lucicleide, Débora, Lúcio, Cristina e Angela são alunos do Dinter oferecido pelo PPGEdU



Cooperação para o desenvolvimento regional

Ao ingressar no doutorado, no início deste ano, Laudirege Fernandes Lima trazia na bagagem 32 anos de atuação na educação básica, da qual já se aposentou, e 14 anos de docência no ensino superior. A última vez em que tinha estado na posição de aluna foi em 2009, quando defendeu seu mestrado.

Professora da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal) desde 2004, ela e outros 16 colegas de instituição integram uma turma de Doutorado Interinstitucional (Dinter) oferecido pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) da UFRGS. Trata-se de um projeto aprovado em edital da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para a abertura de turmas de mestrado ou doutorado conduzidas por programa de pós-graduação com nota igual ou superior a 5 junto

a uma instituição receptora localizada em regiões, no território brasileiro ou no exterior, afastadas de centros consolidados em ensino e pesquisa.

Com isso, espera-se viabilizar a formação de quadros de docentes, subsidiar a formação e o fortalecimento de grupos de pesquisa – com temas que respondam a necessidades regionais e ampliem o comprometimento institucional com o desenvolvimento da região – e estabelecer as condições para a criação de novos cursos de pós-graduação.

O Dinter oferecido pelo PPGEdU, no entanto, não é um caso isolado na UFRGS. O PPG em História iniciou, também neste ano, uma oferta de doutorado junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Além desses, nos últimos dez anos, de acordo com a Pró-reitoria de Pós-gra-

duação, foram executados por PPGs da Universidade 17 projetos de Dinter e sete de Mestrado Interinstitucional (Minter).

Ainda que levem em consideração as regras impostas pelo edital da Capes, como o oferecimento de disciplinas na instituição receptora, cada projeto tem características próprias, nasce por iniciativas e demandas diversas e leva a desdobramentos tanto para a unidade promotora como para a receptora. No caso da Uneal, por exemplo, o objetivo é que, após concluírem o doutorado, Laudirege e seus colegas estruturem um curso de mestrado que proporcione à população do interior do estado de Alagoas a possibilidade de também crescer academicamente e que fomente pesquisas sobre a realidade da região, favorecendo seu desenvolvimento.

Amplificados pela i

Numa tarde ensolarada de primavera, encontro parte do grupo de professores da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). Sentamos em roda em bancos debaixo de árvores num recanto do câmpus Centro. O papo flui animado, cheio de um sabor melódico recheado de “Ôxes” que chegam aos meus ouvidos marcando o sotaque de meus interlocutores. À medida que avançamos no assunto da entrevista, fico cada vez mais convencido do grau de engajamento que esses docentes demonstram ao abraçar a oportunidade de fazerem o doutorado no PPGEduc e do seu comprometimento com a instituição que integram.

Reverberou em minha memória a conversa que havia tido dias antes com Fabiana de Amorim Marcello, professora da Faculdade de Educação (Faced) e coordenadora do Dinter ao lado do professor Cristiano Gomes da Silva, da Uneal. Naquela ocasião, ela me contava que os docentes do PPG, ao voltarem de Maceió – onde ministravam disciplinas condensadas de uma semana durante o primeiro semestre deste ano –, se mostravam contentes com o forte envolvimento dos alunos. “Eles leem tudo, inclusive os textos complementares”, espantava-se.

Segundo ela, essa sede de leitura, além do interesse genuíno, também poderia ser entendida pelo fato de a maioria deles terem defendido o mestrado há ao menos cinco anos: “Pararam de estudar para trabalhar com uma carga grande de aulas em diferentes cidades de Alagoas. Agora voltaram a se dedicar integralmente aos estudos e estão podendo ler muito e se apropriar de teorias”.

Aposta – De volta à roda, escuto: “Temos uma responsabilidade muito grande, pois estamos sendo liberados pela nossa universidade para virmos aqui nos qualificar, trocar experiências com a UFRGS para construir nosso modelo de pós-graduação”. O comentário é de Wellyngton Monteiro da Silva, amparado pelo grupo. Ele atua em cursos de licenciatura e veio pesquisar políticas de formação continuada de professores de Matemática. Perfil comum nas ofertas de Dinter, ele concluiu o mestrado há 13 anos, tempo que coincide com sua entrada na Uneal, na qual trabalha como docente desde então.

Wellyngton diz que a presença do grupo na UFRGS – onde permanecerá por três semestres – é uma aposta da universidade e um esforço muito grande: “Quando estávamos lá, já havia carência de professores. Saíram 17 e as carências aumentaram. Diferentemente da realidade das federais, que podem afastar um professor e contratar um substituto,

na Uneal não podemos fazer isso, pois na legislação estadual não existe a figura do professor substituto. Os nossos colegas é que estão nos substituindo de algum jeito, se articulando internamente para garantir as aulas; em alguns casos, postergamos nossas disciplinas para quando retornarmos”.

Valorização docente – Nalú Farenzena, professora da Faced e orientadora de Wellyngton, acredita que a pesquisa com políticas de formação continuada de docentes poderá contribuir para a reflexão sobre suas condições de valorização e profissionalização em contextos locais. Para ela, o período de imersão nas atividades do PPGEduc – cursando disciplinas regulares, tendo orientação presencial e participando dos grupos de pesquisa – proporciona um aprendizado para os professores e os demais alunos do programa: “É uma oportunidade ímpar de enriquecimento mútuo que se dá na relação entre pessoas que vivem em ambientes diferentes e que se propõem de fato a dialogar”.

Durante nossa conversa, Fabiana dizia acreditar que a troca de experiências não é uma balela, mas algo concreto: “Os alunos nos apresentam realidades completamente distintas daquela, tão cômoda, a que estamos acostumados. Eles exigem que a gente repense as nossas próprias experiências e discussões. Isso é marcante em se tratando de uma região com universos acadêmicos desconhecidos para nós. Uma das riquezas nessa parceria é que esses alunos vão nos permitir pensar e discutir um campo empírico que não imaginamos como é que se constitui”. Para ficar em um exemplo, sua orientanda do Dinter irá conduzir uma pesquisa com crianças de uma comunidade quilombola do sertão de Alagoas, o que, segundo Fabiana, poderá chacoalhar as discussões teóricas que realiza, já que são crianças com experiências distintas do campo que habitualmente acessa: a periferia de Porto Alegre.

Concluindo o argumento, a coordenadora chamou atenção para o fato de que em Alagoas só existe um doutorado em Educação. Em contraste, para se ter uma ideia, apenas na Grande Porto Alegre há ao menos seis programas. Isso implica em que a discussão sobre a realidade daquele estado seja escassa, já que há pouca pesquisa acontecendo.

Dinter – Em 2015, o PPGEduc abriu uma chamada para universidades que quisessem se candidatar a organizar em conjunto um doutorado interinstitucional. No final daquele



ano foi selecionada a Uneal, a qual tinha, na época, apenas um quinto de seu quadro docente formado por doutores. A aprovação do projeto na Capes veio em outubro de 2016 e a seleção dos 17 alunos aconteceu entre janeiro e março deste ano.

Segundo Fabiana, “a Uneal é estratégica porque atua, sobretudo, no interior do estado, uma região onde há muita carência de formação. Então, vemos uma relevância política e social nesse Dinter”. Mais tarde, quando encontrei os professores alagoanos, eles me reafirmaram que o diferencial de sua universidade é o fato de ter uma grande capilaridade no interior de Alagoas, diferentemente da outra estadual (voltada à área da saúde) e da federal.

Histórico – Inaugurada há 47 anos como Fundação Educacional do Agreste Alagoano, a Uneal existe como universidade desde 2006 e conta com seis câmpus e cerca de 250 professores. Destacam-se os cursos da área de Educação, concentrando-se nas licenciaturas. Além disso, também oferece graduação em Administração, Contabilidade, Zootecnia e Direito.

Lúcio Izidro da Silva, um dos alu-

nos do Dinter, foi responsável pela implementação do curso de Direito nos câmpus de Arapiraca e Maceió. Com formação exclusivamente na área jurídica até o mestrado, em sua tese pretende abordar o tema

“É maravilhoso a gente vir, com a nossa bagagem, fazer essa imersão e colher experiências daqui”

Débora Ramos Costa

de gênero e sexualidade no campo da violência, fazendo a ligação entre educação, violência e direito penal e discutir isso também nos direitos humanos. Sua orientadora, Jane Felipe de Souza, compõe o grupo de professores do PPGEduc escalados para o Dinter, seguindo o critério de se ter a maior diversidade possível

de linhas de pesquisa.

Se, em geral, no Dinter os alunos ficam no máximo um semestre na instituição sede, o projeto com a Uneal se distingue por prever uma estadia de três semestres – após a primeira etapa, já realizada, com nove disciplinas obrigatórias, ministradas em uma semana, em Maceió. Para o deslocamento, neste semestre eles contam com uma bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas. Na primeira metade de 2018 não terão bolsa, mantendo apenas os rendimentos regulares de docente afastado, que tendem a ser limitados frente ao custo de vida em Porto Alegre. No segundo semestre receberão bolsa da Capes.

Além da formação dos 17 professores, o principal objetivo do Dinter é a estruturação de um mestrado em Educação na Uneal, para proporcionar ao interior do estado a possibilidade de também crescer academicamente, atendendo uma região que ainda é deficitária de mestres. Angela Araújo Leite, professora na licenciatura em Geografia aponta que, atualmente, a universidade oferece apenas um curso de mestrado – em desenvolvimento regional –

Imersão



Wellyngton participa de reunião do grupo de pesquisa coordenado por sua orientadora, Nalú Farenzena

fundado há dois anos. Ela comenta que Alagoas teve crescimento tardio da pós-graduação. “O curso de Geografia da UFAL, que já tem cerca de 50 anos, apenas recentemente implantou um mestrado”, relata. Sua colega Laudirege acrescenta que o que mais se criticava na Uneal, quando ainda era uma fundação, é que era um escolão de ensino médio, porque a pesquisa e a extensão eram extremamente insipientes.

Com pesquisa ligada à educação escolar indígena, Angela pretende levar para sua instituição a experiência com a política de cotas vigente na UFRGS. Já Lucicleide da Silva, também da área da Geografia, e com tese filiada à linha de tecnologias, tem a intenção de promover a educação a distância na Uneal.

Recompensas – O ar quase frio de primavera tão diferente do clima alagoano me leva a uma próxima pergunta a meus interlocutores, com os quais sigo conversando sob algumas árvores do campus Centro. Quero saber por que acreditam ser recompensador se exporem a essa carga emocional, pessoal e financeira de se deslocarem para a UFRGS, no longínquo estado ao

sul do Brasil e ficarem tão longe de suas famílias.

Laudirege diz que a maior vantagem de fazer o doutorado pelo Dinter é a interação e troca de experiências. Débora Ramos Costa, que atua nas áreas de Geografia e Pedagogia em Arapiraca e trouxe junto a filha de 6 anos para Porto Alegre, destaca o fato de o PPGEduc ter conceito 6 e ser um grande centro que espalha doutores para todo o mundo. “É maravilhoso a gente vir, com a nossa bagagem, fazer essa imersão, colher experiências daqui, estar fora do estado”, comemora.

O grupo concorda que na UFAL, onde a maioria fez o mestrado, tudo é muito similar. Aqui encontram uma grande diferença. “Na minha área de estudo, em relação à questão indígena”, entusiasma-se Angela, “existe um contraste muito grande na discussão teórica. Na UFRGS, há um aprofundamento muito grande de teóricos latino-americanos. Quer dizer, vai ser muito importante levar esse debate para o Nordeste. A prevalência de teóricos europeus ou norte-americanos é muito forte lá. Eu tenho amado trabalhar com Kusch, América profunda, uma cultura nossa”.

Reflexos no norte de Minas

Após ter uma turma de nove docentes formada em um doutorado interinstitucional ofertado pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS, o conteúdo de sala de aula e as reuniões de professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) foram se modificando.

João Armando Dessimon Machado, professor do PGDR e coordenador do Dinter ocorrido entre 2009 e 2013, entende que a repercussão do curso foi extremamente positiva: “Antes, por exemplo, naquela região só se falava que para melhorar a situação do produtor era preciso novas técnicas de produção. Agora, também buscam entender a lógica do produtor, saber sobre sua tomada de decisões, sobre os canais de comercialização e as possibilidades em termos econômicos, sociais e ambientais da região. Enfim, falam-se coisas sobre o guarda-chuva de desenvolvimento rural de que não se falava antes”.

Maria Aparecida Mendes, egressa do doutorado, concorda que – após um período inicial de resistência e estranhamento por parte de professores e alunos – as repercussões foram as melhores. “O Dinter representou um marco, uma oportunidade ímpar para o Instituto, pois a meu ver abriu perspectivas importantes e fortaleceu ações de pesquisa, ensino e extensão”.

“Todos os egressos continuam a contribuir com as políticas do instituto, uns na pesquisa, outros na extensão e todos no ensino”, ressalta a docente, que já acumula uma bagagem de 23 anos de carreira na área de Pedagogia ao ingressar no doutorado. Atualmente, ela coordena um curso lato sensu de formação de professores, trabalha no Laboratório de Ensino da Educação do Campo e integra o corpo docente do mestrado profissional em Educação profissional e tecnológica que acaba de ser credenciado.

Cooperação – A demanda pelo desenvolvimento de pesquisa local tornava premente o aumento do quadro de doutores da instituição. Por indicação de uma professora que conhecia a UFRGS, a equipe do IFNMG – criado em 2008 pela integração do Centro Federal de

Educação Tecnológica de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas – procurou a coordenação do PGDR para construir em conjunto um Dinter. A aposta era de que o programa atenderia às necessidades do Instituto por ser multidisciplinar e poder, assim, receber como alunos professores de diferentes áreas.

Aprovado o projeto, os docentes da Universidade, de forma intercalada, foram até Minas ministrar disciplinas de uma semana. Já os alunos estiveram em Porto Alegre por três períodos de três meses para acompanhar a rotina do PGDR. Ao todo, os estudantes ficaram afastados das atividades apenas durante essas estadias.

Repercussões – João Carneiro Filho, outro egresso do curso, conta que o esforço de conciliar o doutorado com suas atividades regulares trouxe impactos positivos a sua carreira, que já soma mais de 35 anos, principalmente com relação a novos conhecimentos adquiridos e à progressão de nível. Ele optou pela oferta do Dinter pela maior facilidade de cursar as disciplinas em períodos agendados.

Moradora de Montes Claros, Maria Aparecida conta que escolheu fazer o doutorado oferecido pelo PGDR porque, na época, o programa mais próximo ficava em Belo Horizonte. “Na verdade, até hoje temos muita dificuldade para prosseguir a formação continuada no nível stricto sensu na região”, acrescenta.

Questionada sobre o que mais aproveitou dos momentos de imersão no PGDR, ela retruca que tirou proveito de tudo: “desde as aulas e os eventos científicos até a convivência com pessoas e espaços completamente diferentes da minha realidade”.

No percurso contrário também há benefícios, segundo o professor João Dessimon. “Se por um lado eles acessam nossa experiência de pesquisa, nós ganhamos ao entrar em contato com uma região desconhecida, pois fomos dar aula e conhecer o campo de pesquisa dos orientandos. Eu mesmo tive a oportunidade de conversar com produtores locais e conhecer a infraestrutura de laboratórios e equipamentos do IFNMG. Ganhamos ao ampliar o conhecimento prático de outras realidades”, conclui.

Conexão internacional

Como integrante da comissão de pesquisa e pós-graduação da faculdade de Odontologia da Universidad de la República (UdelaR), do Uruguai, Verónica Beovide explica que ter um grupo de docentes habilitados em pesquisa, área até pouco tempo carente na instituição, fortalece o desenvolvimento científico e acadêmico. Professora titular da cátedra de Anatomia Patológica, atuando na universidade desde 1987, ela concluiu o mestrado em 2013 no PPG em Odontologia da UFRGS e, junto com alguns colegas, seguiu para o doutorado no mesmo programa – atualmente cursam o terceiro ano. Para ela, a experiência tem repercussões duradouras para: dirigir a cátedra, participar de pesquisas, orientar alunos de mestrado e coordenar cursos de pós-graduação.

A possibilidade de formação de uma turma de mestrado começou por iniciativa da UdelaR. Firmado o convênio, em 2011, 16 docentes uruguaios de diferentes disciplinas iniciaram o mestrado no PPGodo da UFRGS. Cassiano Rösing, coordenador do programa, explica que quando projetaram a cooperação, a ideia era estruturar um Mestrado Interinstitucional (Minter). O edital da Capes, no entanto, estava fechado. Por recomendação da própria agência, fizeram um convênio próximo ao que seria um Minter, sendo o aporte de verbas feito pela instituição uruguia.

“Eu não tenho dúvida de que transformamos a situação da pesquisa na UdelaR”,

entusiasma-se Cassiano. Ele revela que, após se tornarem mestres, em 2013, os integrantes da turma já puderam constituir um curso de mestrado em sua instituição. Inclusive, alguns professores do PPGodo dão aulas lá como docentes convidados. “Isso traz um retorno, pois o profissional está, assim, fazendo um esforço de internacionalização, propagando sua pesquisa e suas ideias para mais formadores de recursos humanos.”

Para fomentar de forma efetiva o desenvolvimento científico das instituições parceiras, uma das estratégias utilizadas, informa o coordenador, é desenvolver, na maior parte dos trabalhos, pesquisas que os egressos poderão continuar em seus países de origem, usando, por exemplo, bancos de dados locais. “A ideia é que compreendam a viabilidade de seguir a pesquisa futuramente. Não adianta eles usarem nossos laboratórios e, quando retornam, não terem como seguir o trabalho por falta de estrutura – que é o que aconteceu com muita gente que foi fazer o doutorado fora do Brasil nas décadas de 1970 e 1980”, salienta.

Desdobramentos – Ernesto Andrade Divenuto, professor de Periodontia da UdelaR desde 2006, é um dos mestres que seguiu para o doutorado. Sua motivação, explica, foi ampliar o vínculo com pesquisadores, além de perseguir um crescimento acadêmico, que o credencia

a participar de editais da UdelaR e de agências de fomento à pesquisa.

Para realizar disciplinas, ele vem a Porto Alegre nos meses de janeiro e julho. Eventualmente, também faz a viagem de 12 horas de ônibus para se reunir com o orientador. As passagens e hospedagens são custeadas por sua universidade. “A instituição faz um aporte fundamental para nós”, considera.

Essa sistemática flexibilizada, que possibilita aos docentes cursar o doutorado aqui sem interromper suas atividades regulares, segundo Cassiano, é repercussão direta do aprendizado construído a partir do projeto inicial com a UdelaR. “Na evolução dessa experiência, fizemos convênios com outras universidades, já com moldes diferentes de um Minter ou Dinter. Os participantes são considerados alunos regulares do programa, fazem algumas atividades aqui e nossos professores vão até a instituição ministrar disciplinas condensadas. Isso sem aporte de recursos financeiros: os alunos usam recursos da sua universidade para a realização da pesquisa”, explica o coordenador.

Atualmente, há em formação no PPGodo docentes de instituições do Chile, Peru e Equador – no caso específico da Universidade de Talca, no Chile, estuda-se a possibilidade de cotutela, quando há titulação simultânea em dois países. Dentre os cerca de 300 estudantes do programa, em torno de 50 são provenientes dos convênios. A seleção destes é feita

localmente por cada universidade, que define suas prioridades de formação.

Cassiano informa que alunos do programa que vivem em Porto Alegre também podem optar por cursar as disciplinas condensadas, que são oferecidas regularmente. “Até porque”, acrescenta, “há estudantes que não têm dedicação exclusiva e precisam trabalhar”. De fato, essa flexibilidade está, segundo ele, alinhada com uma convicção do programa: “temos claro que pós-graduação é trajetória individual que ao final tem que gerar conhecimento e produção bibliográfica”.

Dentro desse quadro, a cooperação também ocorre com universidades brasileiras, como é o caso de três docentes da Universidade do Estado do Amazonas. Diferentemente dos estrangeiros, no entanto, elas vêm com mais frequência a Porto Alegre, até porque podem se afastar durante o semestre.

Pantelis Rados, professor da Faculdade de Odontologia e orientador de Verónica, considera que esse modelo de formação que consegue acolher alunos de outros países qualifica o PPG entre outras razões, porque as linhas de pesquisa do programa são levadas para a universidade de origem dos docentes, o que amplia a rede de internacionalização da produção. A solidariedade no eixo Sul-Sul também contribuiu diretamente para o conceito 6 obtido pelo PPG.

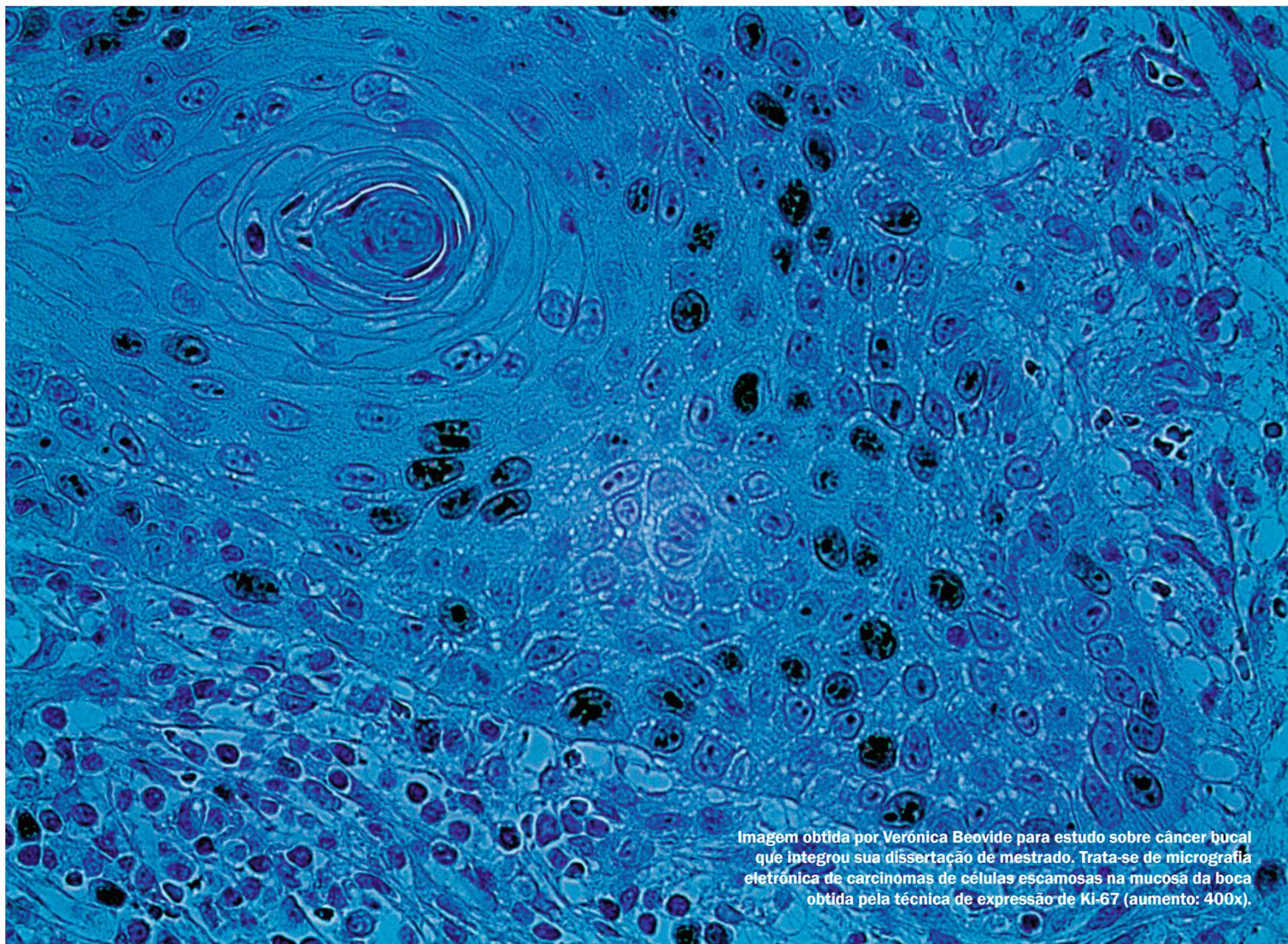


Imagem obtida por Verónica Beovide para estudo sobre câncer bucal que integrou sua dissertação de mestrado. Trata-se de micrografia eletrônica de carcinomas de células escamosas na mucosa da boca obtida pela técnica de expressão de Ki-67 (aumento: 400x).